



TURMALINA PARAÍBA: BELEZA E RARIDADE

Descoberta no Nordeste brasileiro, gema ganhou destaque internacional. Por Paulo Alonso, **página 2**



TAXA DE ILUMINAÇÃO NO RIO DISPARA

Prefeitura arrecada mais 30% em relação a 2025. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**



BRASILEIROS ESTÃO DEIXANDO PORTUGAL

Dificuldade para regularizar situação e aluguéis caros. Por Bayard Do Coutto Boiteux, **página 3**

Xi e Trump: relação de estabilidade estratégica

Em uma reunião acompanhada de perto pelo mundo, os presidentes da China, Xi Jinping, e dos EUA, Donald Trump, concordaram nesta quinta-feira com uma nova visão para a construção de uma relação bilateral construtiva de estabilidade estratégica, segundo a agência de notícias chinesa Xinhua.

A nova visão fornecerá orientação estratégica para as relações China-EUA nos próximos três anos e além, disse Xi durante conversas em Beijing com Trump, que faz visita de Estado de três dias ao país asiático – a primeira visita desse tipo nos últimos nove anos.

Trump disse que trabalhará com Xi para fortalecer a comunicação e a cooperação, lidar adequadamente com as diferenças e tornar as relações bilaterais melhores do que nunca, de acordo com a Xinhua. Ambos os líderes concordaram que as relações China-EUA são a relação bilateral mais importante do mundo atualmente.

A Casa Branca descreveu o encontro como “bom” e destacou o aumento das compras chinesas de produtos agrícolas dos Estados Unidos.

Nesta viagem, Trump está acompanhado por altos executivos dos EUA, incluindo Tim Cook, da Apple, Jensen Huang, da Nvidia, e Elon Musk, da Tesla, a quem chamou de representantes excepcionais da comunidade empresarial estadunidense.

Os Estados Unidos autorizaram cerca de 10 empresas chinesas a comprar o segundo chip mais poderoso da Nvidia, numa medida que poderá abrir caminho para o fim do impasse sobre a rivalidade tecnológica.

“A China abrirá ainda mais suas portas”, disse Xi.

Durante as conversas, os dois presidentes também trocaram opiniões sobre importantes questões internacionais e regionais, como a situação no Oriente Médio, a crise na Ucrânia e a situação na Península Coreana.

Dando ênfase à questão de Taiwan, Xi a descreveu como a questão mais importante nas relações China-EUA. Se for tratada adequadamente, a relação bilateral desfrutará de estabilidade geral. Caso contrário, os dois países terão confrontos e até mesmo conflitos, colocando toda a relação em grande risco, disse Xi ao seu homólogo estadunidense.

Google passa Apple como marca mais valiosa do planeta

Quatro big techs superam US\$ 1 tri em valor

Três marcas ultrapassaram simultaneamente a marca de US\$ 1 trilhão no ranking Kantar BrandZ das 100 Marcas Globais Mais Valiosas: Google (US\$ 1,5 trilhão), Microsoft (US\$ 1,1 trilhão) e Amazon (US\$ 1 trilhão).

Elas se juntam à Apple (US\$ 1,4 trilhão), que era a marca mais valiosa nos últimos quatro anos e agora foi ultrapassada pelo Google, que registrou crescimento de 57%. A gigante de buscas reassume o topo do ranking global pela primeira vez desde 2018. “O avanço reflete a estratégia consistente da marca em integrar inteligência artificial aos seus principais produtos, ampliar experiências de busca interativa e

investir em infraestrutura”, analisa nota da Kantar.

O ranking revela que o valor total das 100 marcas mais valiosas do mundo atingiu US\$ 13,1 trilhões, um aumento de 22% em relação ao ano anterior.

Segundo o relatório, a aceleração da Inteligência Artificial está promovendo uma das transformações mais profundas já registradas no valor das marcas.

O impacto é evidente entre os destaques do ranking. O assistente generativo Claude estreou diretamente na 27ª posição, avaliado em US\$ 96,6 bilhões. O ChatGPT (15º lugar) registrou o maior crescimento proporcional do ranking, com alta de 285%, um dos maiores avanços já observados na his-

tória do BrandZ.

O levantamento também aponta o crescimento consistente das marcas asiáticas, que passam a representar 23% do ranking global. Esse movimento reflete não apenas expansão internacional, mas também maior capacidade de inovação e execução.

Na China, as marcas com melhor desempenho e que viram seu valor de marca aumentar incluem a Tecent (8º lugar, US\$ 251 bilhões, +45%), Alibaba (19º lugar, US\$ 122 bilhões, +51%), ICBC (57º lugar, US\$52 bilhões, +49%), Ping An (71º lugar, US\$ 37 bilhões, +41%), Banco Agrícola da China (76º, 36 bilhões, +54%) e Xiaomi (81º, US\$ 32 bilhões).

Página 4



Bruno Peres/ABR

Os Bolsonaro ainda têm muito a explicar

Por Marcos de Oliveira

A bomba que explodiu na quarta-feira, com a divulgação pelo Intercept Brasil de diálogos de Flávio Bolsonaro pedindo dinheiro a Daniel Vercaro, fez um estrago na campanha do filho de Jair proporcional ao milionário valor envolvido.

As explicações do filho 01 passaram longe de minimizar o estrago da revelação das ligações entre os Bolsonaro e o “irmão” Vercaro. Pior ainda foi Flávio ter negado de forma taxativa o relacionamento, antes de saber que os áudios reveladores haviam sido encontrados pela Polícia Federal – e vazados.

Restam muitas perguntas sem

resposta. Algumas:

1) Qual o motivo de Vercaro ter se comprometido a bancar R\$ 134 milhões para os Bolsonaro? Se foi um investimento na biografia do ex-presidente, o dono do Master deveria ter buscado proteção do FGC. O último filme da dupla Caviezel–Nowrasteh (ator e produtor do filme) rendeu R\$ 20 milhões nos EUA, segundo o G1. A bilheteria de *Ainda Estou Aqui*, vencedor do Oscar em 2025, chegou a pouco mais de R\$ 100 milhões. Como não se acredita que um filme de personagem local teria carreira no exterior, Vercaro não recuperaria o valor supostamente investido.

2) O investimento de Vercaro seria eleitoral? O filme de Bolsonaro seria lançado em setembro de 2026, segundo Caviezel (data

negada pelos produtores), e “nos próximos meses” (o primeiro turno da eleição será em menos de cinco meses), segundo o deputado e produtor Mario Frias. Nesta quinta-feira, o Intercept publicou nova matéria que diz que Jair Bolsonaro se encontraria com Vercaro na mansão do banqueiro em março de 2025; o encontro não teria acontecido.

3) Frias diz que o filme não recebeu dinheiro de Vercaro. Pode ser uma alegação para driblar o escândalo; o dinheiro teria sido remetido para um fundo controlado por Eduardo Bolsonaro, e depois ter chegado à produção. Ou não?

4) Qual o destino real do dinheiro? O UOL relata que a Polícia Federal investiga se foi usado para bancar Eduardo Bolsonaro nos EUA.



Bresser: Brasil cresce menos que países ricos desde 1980

O Brasil, desde a década de 1980, cresce muito menos do que os países ricos e menos ainda do que os países em desenvolvimento. “O país tem ficado para trás de forma sistemática, o que o impede de alcançar os níveis de renda dos países ricos”, ressalta o economista Luiz Carlos Bresser-Pereira em entrevista ao **Monitor Mercantil**.

O professor afirma que “o próximo presidente, independente de quem seja, vai ter que fazer um ajuste fiscal, já no início do seu mandato, para pôr um pouco de ordem na casa.” Ele criticou a condução da economia desde o governo de Dilma Rousseff, chamou a presidência de Temer de “desastre profundo” e disse que, sob Bolsonaro, o Brasil ficou quatro anos sem presidente.

Para Bresser-Pereira, a inflação não está descontrolada e deve voltar à meta depois do fim do conflito no Oriente Médio. Ele ressalva, porém, que a meta de inflação de 3% é um absurdo e que o governo Lula deveria ter elevado para, ao menos, 4%, **Página 5**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,0062
Dólar Turismo	R\$ 5,1950
Euro	R\$ 5,8439
Iuan	R\$ 0,7400
Ouro (gr)	R\$ 776,04

ÍNDICES

IGP-M	0,52% (março)
	-0,73% (fevereiro)
IPCA-E	
	RJ (setembro) 0,55%
	SP (setembro) 0,60%
Selic	14,75%
Hot Money	0,63%

Turmalina paraíba, beleza, raridade e investimento

Por Paulo Alonso

A turmalina paraíba é um tipo de turmalina de cor verde azulada descoberta, nos idos dos anos 80, no distrito de São José da Batalha, na Paraíba. Essas turmalinas, cada vez mais raras e que ostentam uma beleza singular, foram posteriormente encontradas em Alto do Quintos e Mulungu, próximas ao município de Parelhas, no Rio Grande do Norte, e, subsequentemente, no Continente Africano, na Nigéria e em Moçambique. A mina de São José da Batalha, em extinção, continua, todavia, sendo considerada a que produz a pedra de maior qualidade e pureza.

Essa gema conquistou o mercado internacional virando modismo principalmente na Europa. A raridade, cor e brilho são os principais responsáveis por sua alta cotação, de acordo com a Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba, batendo inclusive valores praticados em relação à comercialização dos diamantes. Somente os estabelecimentos da alta joalheira vendem a turmalina paraiba, como Dior e Tiffany, no exterior, e

Sauer, Sara e H. Stern, no Brasil. Essas casas chegam a vender joias de até R\$ 3,07 milhões, com apenas uma única turmalina, e de peso modesto.

A turmalina paraíba contém uma grande quantidade de cobre, ferro e manganês. Um quilate (0,2 gramas), custa, em média, 30 mil dólares, contudo, dependendo da característica da gema, pode chegar à casa dos 100 mil dólares.

A turmalina é tecnicamente uma elbaíta que contém cobre (0.37-2.38 % de CuO por peso) de onde deriva sua cor verde azulada brilhante. Apesar de ocorrer naturalmente em vários tons distintos, após tratamento com calor, as pedras adquirem tons mais verde azulados pela redução dos íons de Mn3+ (que produzem coloração rosada) para Mn2+ (sem atividade corante notável), enquanto o conteúdo de cobre não se altera. Ainda que o tratamento de calor seja prevalente, algumas pedras naturais têm as mesmas cores das tratadas.

A identificação da origem da pedra pode ser feita por análise de elementos traço, como estônico, cobre, zinco, gálio, estanho e chumbo usando técnicas como espectrometria de massas por

plasmas acoplado individualmente (ICP-MS). A detecção de cobre é uma das técnicas usadas para avaliar a pedra em laboratórios de gemologia.

Descoberta no Nordeste brasileiro, gema ganhou destaque internacional

Em 1982, Heitor Dimas Barbosa, que já havia trabalhado com turmalinas no Estado de Minas Gerais, onde existem minas fantásticas de esmeraldas, notou a presença de inclusões brilhantes em um minério de pegmatito trazido da região de São José da Batalha, pelo garimpeiro paraibano José Pereira.

Após um tempo de procura, pedras semelhantes foram encontradas em rochas de manganotantalite na Serra da Frade, e aumentaram a equipe de prospecção, achando, entre 1985 e 1987, turmalinas de diversas colorações. Em 1987, foi, então, encontrada a primeira amostra com a cor verde azulada “elétrica” – característica da turmalina paraíba e que lhe confere um aspecto luminoso e fascinante.

Outra característica que torna a pedra tão especial é

a sua capacidade de brilho e reflexão da luz. Ela possui uma alta refração, o que faz com que a gema brilhe intensamente, mesmo em condições de pouca iluminação.

No ano seguinte, a mina foi registrada oficialmente junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral, que se tornou depois a Agência Nacional de Mineração. As primeiras abordagens de mineração foram com ferramentas manuais e, ocasionalmente, com o uso do diamante. Em cidades como João Pessoa, na Paraíba, é possível encontrar joalherias que vendem turmalina paraíba diretamente das jazidas. Importante, todavia, verificar a autenticidade da pedra com certificados de laboratórios renomados, como o Gemological Institut of America (GIA), nos Estados Unidos.

O valor do quilate da turmalina paraíba varia muito dependendo da qualidade, origem e características específicas da pedra. Em geral, as turmalinas brasileiras são mais valorizadas por suas cores vibrantes e são consideradas mais raras.

Alguns fatores influenciam o preço: cor azul neon ou turquesa são as mais

valiosas; pureza: gemas mais limpas são mais caras; origem: as brasileiras são mais valorizadas do que as africanas; tamanho: pedras maiores são mais raras e caras. Algumas peças apresentam um efeito de fluorescência, que não se encontra em nenhuma outra gema.

A jazida de turmalina paraíba, em São José da Batalha, está praticamente esgotada. A mineração nessa região foi intensa nos anos 80 e 90, mas a extração diminuiu significativamente devido à escassez da pedra. Essa mina é considerada a que produz a pedra de maior qualidade, mas a produção é muito baixa.

Além do Brasil, as turmalinas paraibas também são encontradas em outros países, como a Nigéria. Lá, foram descobertas no início dos anos 2000. As turmalinas nigerianas são conhecidas por suas cores vívidas e saturação de cor variável. Já em Moçambique, foram encontradas no final dos anos 2000. Apresentam cores intensas e são consideradas uma boa alternativa às brasileiras.

No Brasil, as principais minas da turmalina paraíba estão localizadas nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, incluindo

do: Mina da Batalha (Paraíba), considerada a origem da Turmalina Paraíba, e é conhecida por suas pedras de alta qualidade; Mina da Garra (Paraíba), produz cristais com coloração intensa e tamanho relativamente maior; Mina do Barreiro (Paraíba), famosa pela pureza e tonalidade vibrante das turmalinas; Mina do Parelhas (Rio Grande do Norte), oferece turmalinas com variedade de matizes, do azul ao verde.

Além de sua beleza estética, a turmalina paraíba também possui valor histórico e cultural, e, por sua escassez, tornou-se um bom investimento. Sua descoberta revolucionou a indústria das gemas preciosas, colocando o Brasil como o principal produtor dessa joia rara e valiosa.

A gema ganhou destaque internacional e é disputada por colecionadores e amantes de pedras preciosas nos cinco continentes. A gema paraibana, sobretudo, vem exercendo fascínio em todo o mundo, utilizada na confecção de joias somente produzidas por grandes grifes nacionais e internacionais.

Paulo Alonso é jornalista,

vice-presidente da Academia

Carioca de Letras.

Desenrola 2.0 pode aliviar economia no curto prazo

Por Bruno Caumont

O anúncio do Desenrola 2.0 surge em um momento politicamente estratégico para o Governo Federal. Em meio ao aumento da desaprovação popular e à aproximação do calendário eleitoral, a ampliação de um programa já conhecido pela população pode funcionar como uma ferramenta de estímulo econômico imediato e de recuperação de popularidade junto às famílias endividadas.

A nova versão do programa amplia o número de pessoas elegíveis e também o valor das divi-

das que poderão ser renegociadas. Na prática, trata-se de uma medida com custo relativamente baixo para o governo, mas com potencial de produzir efeitos rápidos na economia. Isso porque o programa beneficia simultaneamente diferentes agentes econômicos.

De um lado, os bancos e instituições financeiras conseguem recuperar parte de créditos que, em muitos casos, já eram considerados praticamente perdidos. De outro, consumidores voltam a ter acesso ao crédito e passam a recuperar capacidade de consumo, o que tende a movimentar setores do varejo, serviços e comércio no curto prazo.

Esse ciclo produz uma sensação imediata de alívio econômico. Famílias conseguem limpar o nome, reorganizar parte das finanças e voltar ao mercado de consumo. Em um cenário de desaceleração econômica, juros elevados e pressão sobre a renda das famílias,

Programa mantém desafios estruturais como juros altos e baixa renda

programas dessa natureza acabam gerando impacto social e político relevante.

Entretanto, apesar dos efeitos positivos de curto prazo, o programa não en-

frenta o núcleo estrutural do problema do endividamento no Brasil. Pelo contrário: existe o risco de reforçar uma percepção equivocada de que as dívidas podem sempre ser renegociadas futuramente em condições muito mais vantajosas. Esse comportamento cria um efeito moral perigoso para o sistema financeiro e para a educação financeira da população. Quando sucessivos programas de renegociação passam a ser esperados pelo consumidor, parte dos incentivos à disciplina financeira enfraquece. A inadimplência deixa de ser percebida como um problema grave e passa a ser vista como uma etapa tem-

porária antes de uma renegociação facilitada

Além disso, o país continua enfrentando fatores estruturais que sustentam o alto nível de endividamento das famílias brasileiras: juros elevados, baixa renda disponível, pouca educação financeira e forte dependência do crédito para manutenção do consumo básico. Sem avanços nessas frentes, programas de renegociação tendem a funcionar apenas como mecanismos paliativos. Eles aliviam momentaneamente os efeitos da inadimplência, mas não alteram as causas que levam milhões de brasileiros ao superendividamento.

Do ponto de vista político,

porém, o Desenrola 2.0 pode representar uma movimentação eficiente para o governo. O impacto positivo tende a ser rapidamente percebido por parte da população beneficiada, especialmente em um momento de maior sensibilidade econômica e desgate na avaliação pública da gestão federal.

O programa expõe um dilema recorrente da economia brasileira: medidas que produzem efeitos rápidos e positivos no curto prazo nem sempre contribuem para solucionar os desequilíbrios estruturais de longo prazo.

Bruno Caumont

é estrategista de investimentos

na Delta Investor.

Monitor Mercantil



Monitor Mercantil S/A

Rua Márcilio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.

Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável

Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial

Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:

Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912

monitormercantil.com.br

twitter.com/sigaomonitor

redacao@monitormercantil.com.br

publicidade@monitor.inf.br

monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura

Mensal: R\$ 180,00

Plano anual: 12 x R\$ 40,00

Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impresas



ASSOCIAÇÃO DOS

EMBAIXADORES

DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO



AMIGO DO RIO

www.embaixadoresdorio.com.br



NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux

professorbayardturismo@gmail.com

Brasileiros estão deixando Portugal

Com a dificuldade para regularizar sua situação em Portugal, muitos brasileiros estão migrando para a Espanha. A hostilidade — “volta para casa” — está crescendo com o Chega, e o preço dos aluguéis, na região de Lisboa, por exemplo, está fora da realidade. O aumento de emissão de passaportes no Consulado de Lisboa não para de crescer.

Táxi delas

A Tijuca, mais precisamente a Rua Uruguai, 393, conta com um ponto de táxi formado só por mulheres. O Táxi Delas funciona 24 horas e com corridas agendadas de 22h30 às 6h30. A ideia é expandir o serviço para outros bairros, após análise do piloto.

Conselhos da longevidade

Evitar queijo ralado industrializado, comer pipoca de micro-ondas, usar canudos de inox para crianças, negligenciar vitamina D, comprar café fora todos os dias...

Crise britânica

Vários ministros de Keir Starmer pediram demissão. Há um descontentamento grande também da população e dos parlamentares trabalhistas. Há candidatos como Andy Burnham, Wes Streeting e Shabana Mahmood. O primeiro-ministro, no entanto, não pretende sair.

Nossa homenagem

Quem nos deixou foi o ex-deputado federal e ex-secretário de Turismo do RJ Rubem Medina. Aos 83 anos, atuava com o irmão Roberto na Dreamers. Vai fazer falta, como entusiasta e apaixonado pelo Rio.

A visita de Trump aos EUA

Poucos abraços e sorrisos entre Xi Jinping e Trump. O norte-americano sabe que está lidando com alguém que é mais forte, não o teme e é menos dependente do que a maior parte dos países. Uma viagem diferente da primeira e mais comercial. O problema é Taiwan.

Carro

Na semana em que se festeja o Dia do Automóvel, pesquisa realizada pela Webmotors Autoinsights revela que, para 61% dos brasileiros, o carro é o principal meio de locomoção. Outro dado importante é que 68,8% dos entrevistados utilizam o carro diariamente.

Loucura cultural

O valor do filme sobre o ex-presidente Bolsonaro, de USD 24 milhões, seria suficiente para produzir 15 dos últimos 20 filmes vencedores do Oscar de Melhor Filme. Pois é...

Frase da semana

“A verdadeira independência de um povo não começa na economia. Começa quando sua cultura é forte o suficiente para formar consciência, preservar memória e impedir que uma sociedade perca sua própria identidade.” — *Eric Herrero-Tenor*

Trabalhadores por conta própria têm as maiores jornadas no país

Por conta própria representam 25,5% da população ocupada

Os trabalhadores por conta própria são os que têm as maiores jornadas no país, com média de 45 horas por semana. Esse tempo supera em mais de cinco horas a carga de trabalho dos empregados do setor público e da iniciativa privada. Enquanto a média dos ocupados ficou em 39,2 horas, a dos empregados alcançou 39,6 horas. Já os empregadores tinham jornada média de 37,6 horas. A constatação faz parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Trimestral, divulgada nesta quinta-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são referentes ao primeiro trimestre de 2026. A Pnad apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. O IBGE classifica como conta própria “a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside”. De acordo com o instituto, o Brasil tem 25,9 milhões de trabalhadores por conta própria, o que representa 25,5% da população ocupada no primeiro trimestre de 2026. Exemplos bem comuns são motoristas e entregadores por aplicativo. Segundo a Agência Brasil, o levantamento traz informações também da categoria “trabalhador auxiliar familiar”, aquela pessoa que trabalha ajudando alguém da família em um negócio, atividade agrícola, comércio ou outro trabalho, sem receber pagamento em dinheiro. Essa classe apresentou jornada média de 28,8 horas por semana no primeiro trimestre de 2026. O analista da pesquisa, William Kratochwill, assinala que os trabalhadores classifi-

cados como empregados não ultrapassam, na média, os limites máximos de jornada por causa de proteções trabalhistas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece que a jornada máxima de trabalho semanal é de 44 horas, limitadas a oito horas por dia, sendo permitidas até duas horas extras diárias. Há exceções como a escala de 12 horas de trabalho por 36 de descanso, comum em categorias como a dos profissionais da saúde.

“Mesmo que o trabalhador não seja formalizado, há uma tendência do mercado de seguir o padrão da lei”, diz Kratochwill. No entanto, ele destaca que esse padrão não se estende para trabalhadores por conta própria e empregadores. “Se quiser trabalhar 24 horas por dia, ele pode, não tem nada que o impeça, a não ser a sua própria limitação.”

O analista ressalta que os empregadores conseguem delegar funções. “Tem pessoas que trabalham para ele. Talvez seja isso que estabeleça uma média de horas

trabalhadas inferior à do empregado”, sugere. Mas para o conta própria, não há a chance de delegar trabalho, lembra o analista. “Como não tem a quem delegar, provavelmente tem que trabalhar muito mais horas por semana para alcançar seus objetivos”, conclui. As informações do IBGE são divulgadas trimestralmente e chegam no momento em que o país acompanha debates sobre a redução da jornada de trabalho (de 44 para 40 horas semanais) e o fim da escala de apenas uma folga na semana, a chamada de 6x1, sem redução salarial. Tramitam no Congresso Nacional duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que abordam o tema e um projeto de lei (PL), este de iniciativa do governo. Na última quarta-feira (13), representantes do governo e da Câmara dos Deputados fecharam um acordo para aprovação das propostas que tramitam na Casa e estabelecem a escala 5x2.

Cobrança de IPTU pela área do imóvel chega ao STF

A possibilidade de os municípios fixarem alíquotas de IPTU conforme a área do imóvel será analisada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pode redefinir os limites da tributação imobiliária no país. A Corte reconheceu a repercussão geral do tema no ARE 1593784 (Tema 1.455), que discute a constitucionalidade de uma lei do município de Chapecó (SC) que estabeleceu alíquotas progressivas de IPTU com base na metragem dos imóveis. O debate gira em torno dos critérios autorizados pela Constituição Federal para a progressividade do IPTU. Atualmente, o artigo 156, parágrafo 1º, permite a diferenciação das alíquotas em razão do valor venal do imóvel, da localização e do uso da propriedade. A controvérsia está justamente em saber se a área construída poderia ser utilizada como parâmetro adicional de tributação. Para Kevin de Sousa, especialista em Direito Imobiliário e membro do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (Ibradim), sócio do escritório Sousa & Rosa Advogados, a Constituição não abre margem para esse tipo de interpretação. Segundo ele, o texto constitucional é taxativo ao delimitar quais critérios podem ser utilizados pelos municípios. “Quando o legislador constituinte quis permitir a progressividade fiscal do IPTU, ele escolheu palavras precisas, e ‘área construída’ não foi uma delas”, afirma. O advogado explica que o município de Chapecó sustentou que imóveis maiores consumiriam mais infraestrutura urbana e, por isso, poderiam ser tributados de forma mais elevada. Embora o argumento tenha apelo prático, Sousa avalia que ele encontra obstáculos jurídicos relevantes. “É como dizer que um carro mais pesado deveria pagar mais IPVA por desgastar mais o asfalto. A analogia faz sentido prático, mas o tributo tem base

de cálculo própria definida em lei, e o Fisco não pode criar critérios por conveniência”, observa. Para ele, o histórico do próprio STF demonstra resistência à criação de critérios de progressividade não previstos expressamente na Constituição, lembrando a Súmula 668 da Corte. Caso o Supremo valide a cobrança de IPTU conforme a metragem dos imóveis, os efeitos podem ser amplos para contribuintes de todo o país. O especialista alerta que municípios passariam a ter respaldo para criar novas faixas de tributação baseadas exclusivamente na área construída, o que poderia elevar significativamente a carga tributária de imóveis residenciais, comerciais e industriais. “O problema é que área construída e a capacidade contributiva não caminham necessariamente juntas”, ressalta o advogado. Ele exemplifica que um galpão industrial de grande metragem em uma cidade do in-

terior pode valer menos que um apartamento pequeno em uma região nobre de São Paulo. “Tributar pela metragem ignora essa realidade e cria distorções relevantes. Quem tem mais espaço não necessariamente possui maior riqueza”, pontua. Segundo ele, a medida poderia atingir principalmente imóveis localizados em regiões menos valorizadas, onde terrenos maiores costumam ser mais acessíveis economicamente. Além dos impactos tributários, a decisão do STF também deve provocar reflexos imediatos no Judiciário e nas administrações municipais. Com o reconhecimento da repercussão geral, o ministro Dias Toffoli determinou a suspensão nacional de todos os processos que discutem o tema até o julgamento definitivo da Corte. A medida paralisa ações judiciais movidas tanto por contribuintes quanto por municípios que defendem a validade da cobrança.

HOSPITAL SANTA HELENA S.A.

CNPJ/MF nº 06.033.403/0001-13 - NIRE 35.300.199.651

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2026

1. Data, Hora e Local: As 09:00 horas do dia 04 de maio de 2026, na sede do Hospital Santa Helena S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de Santo André, estado de São Paulo, na Rua Manoel Vaz, nº 35 e 59, Complemento Rua Tamoiós, nº 70, CEP: 09015-410. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Leis das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas do Livro de Presença de Acionistas. Presente também a Sra. Maria Lúcia Guilherme de Brito, inscrita no CRC sob o nº 1RJ-088.050/O-0-SP, contadora da Companhia. **3. Publicação:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao período do exercício social encerrado em 31/12/2025 foram publicados no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, na edição do dia 29/04/2026. Considerada sanada eventual falta de publicação de documentos previstos no art. 133 e parágrafos da lei 6.404/76 pela presença das acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Kewton Esper Araújo; e Secretário: Carlos Eduardo Lourenço. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.2. Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.3. Fixar o montante global de remuneração dos diretores da Companhia para o exercício de 2026. **6. Deliberações tomadas por unanimidade:** Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, foram publicados no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, na edição do dia 29/04/2026, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. 6.1. Após exame e discussão, foi aprovado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 6.2. Foi aprovada a proposta de contabilização do prejuízo líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 3.321.709,76 (três milhões, trezentos e vinte e um mil, setecentos e nove reais e setenta e seis centavos), da seguinte forma: Saldo de Reserva de Lucro em 31.12.2024 852.540,39 **Prejuízo Apurado no Exercício Encerrado em 31.12.2025 (3.321.709,76)** Saldo de Prejuízos Acumulados em 31.12.2025 (2.469.169,37) 6.3. Foi aprovado que os diretores não receberão remuneração pela Companhia no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **7. Encerramento:** Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que, lida e aprovada, foi devidamente assinada pelas acionistas presentes e pelos integrantes da mesa da Assembleia Geral. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Santo André, 04 de maio de 2026. **MESA: Kewton Esper Araújo** - Presidente; **Carlos Eduardo Lourenço** - Secretário. JUCESP 213.067/26-2, em 11/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em exercício.

SEISA SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ/MF nº 44.269.579/0001-68 - NIRE: 35.300.662.989

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2026

1. Hora, Data e Local: As 10:00 horas do dia 04 de maio de 2026, na sede social da SEISA SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE S.A. (“Seisa” ou “Companhia”), localizada na Avenida Esperança, nº 400, Centro, cidade de Guarulhos, estado de São Paulo, CEP: 07095-005. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Leis das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da acionista única representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas do Livro de Presença de Acionistas. Presente também a Sra. Maria Lúcia Guilherme de Brito, inscrita no CRC sob o nº 1RJ-088.050/O-0-SP, contadora da Companhia. **3. Publicação:** O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao período do exercício social encerrado em 31/12/2025 foram publicados no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, na edição do dia 29/04/2026. Considerada sanada eventual falta de publicação de documentos previstos no art. 133 e parágrafos da lei 6.404/76 pela presença da acionista única representante da totalidade do capital social da Companhia. **4. Mesa:** Presidente: Kewton Esper Araújo; Secretário: Carlos Eduardo Lourenço. **5. Ordem do Dia:** 5.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.2. Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 5.3. Fixar o montante global de remuneração dos Diretores da Companhia para o exercício de 2026. **6. Deliberações:** Examinados os assuntos objeto da ordem do dia, a acionista única, sem quaisquer ressalvas ou restrições, decidiu: Preliminarmente, o Sr. Presidente registrou que, em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações, foram publicados no Jornal Monitor Mercantil de São Paulo, na edição do dia 29/04/2026, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. 6.1. Após exame e discussão, foram aprovadas as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. 6.2. Foi aprovada a proposta da Administração para contabilização do prejuízo líquido apurado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 1.945.309,46 (um milhão, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e nove reais e quarenta e seis centavos), da seguinte forma: Saldo de Prejuízos Acumulados em 31.12.2024 (10.697.338,74) **Prejuízo apurado no exercício encerrado em 31.12.2025 (1.945.309,46)** Saldo de prejuízos acumulados em 31.12.2025 (12.642.648,20) 6.3. Foi aprovado que os diretores não receberão remuneração no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **7. Encerramento:** Não havendo nenhuma manifestação, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata, que lida e aprovada, foi devidamente assinada por todos os presentes e pelos integrantes da mesa da Assembleia Geral. Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Guarulhos, 04 de maio de 2026. **Kewton Esper Araújo** - Presidente; **Carlos Eduardo Lourenço** - Secretário. JUCESP 212.496/26-8, em 11/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em exercício.

DECISÕES ECONÔMICAS



Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com



Vereador Fernando Armelau

Vereador protesta contra alta na taxa de iluminação pública no Rio

O vereador Fernando Armelau (PL) pediu um levantamento e constatou, estarrecido, que a Prefeitura do Rio registrou nos quatro primeiros meses do ano uma arrecadação de mais de R\$ 230 milhões com a cobrança da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). Um salto de 30,1% em relação ao mesmo período de 2025. No final do ano passado, a Câmara do Rio aprovou o pedido da Prefeitura para um aumento considerado abusivo da taxa de iluminação pública, que é cobrada diretamente na conta de luz.

Câmera corporal em agentes da Seop

O vereador Poubel (PL) é o autor de um pacote de projetos protocolados na Câmara Municipal do Rio que preveem o uso obrigatório de câmeras corporais por agentes da Secretaria Municipal de Ordem Pública da Prefeitura do Rio. Ele defende que a medida impedirá abusos de autoridade contra ambulantes.



Atila Maia será candidato a presidente

O brigadeiro Atila Maia será candidato à Presidência da República pelo Democratas, antigo Partido da Mulher, o mesmo que deu chance para o ex-governador Wilson Witzel tentar voltar ao cargo nas eleições deste ano. A candidatura de Atila Maia foi anunciada esta semana pela presidente nacional do partido, Suêd Haidar. O nome dele ganhou força nos bastidores da política nacional após o lançamento do projeto “Regenera Brasil”, um plano de governo registrado na Amazon e que já circula entre empresários, militares, lideranças conservadoras e setores acadêmicos.

Bronzeamento artificial

Tramita na Alerj o projeto de lei, assinado pelo deputado Carlinhos BNH, que altera a Lei 4.879/2006, responsável por regulamentar o funcionamento de estabelecimentos que utilizam câmaras de bronzeamento artificial no estado. Pela proposta, fica autorizada a utilização dos equipamentos para bronzeamento artificial, com finalidade estética, baseada na emissão da radiação ultravioleta (UV), respeitando-se as resoluções da Anvisa.

Sacolas plásticas grátis

A vereadora Alana Passos (PL) defende o fim da cobrança por sacolas plásticas em supermercados do Rio. Ela protocolou na Câmara um projeto de lei para proibir que estabelecimentos repassem esse custo ao consumidor. Pela proposta, supermercados que mantiverem a cobrança poderão ser punidos com multa de R\$ 5 mil por infração.

Mercado Livre mantém protagonismo na AL como marca mais valiosa

A Kantar divulgou, nesta quinta-feira, o ranking Kantar BrandZ das 100 Marcas Globais Mais Valiosas de 2026. Segundo o estudo, na América Latina o Mercado Livre segue como a única marca latino-americana no ranking global, em 49º lugar e valor de quase US\$ 54,9 bilhões, consolidando seu posicionamento ao integrar serviços digitais ao cotidiano do consumidor.

A marca se destaca graças à sua capacidade de equilibrar tradição e longevidade com um conjunto completo de serviços inovadores em um setor varejista cada vez mais competitivo, incluindo seu marketplace de

e-commerce e sua posição dominante no mercado de mídia de varejo da América Latina.

No setor Vestuário, a Zara (66º lugar) torna-se a marca mais valiosa do mundo. A Zara, marca principal do grupo Inditex, atingiu um valor superior a US\$ 44 bilhões, após um crescimento de 18% no último ano.

O estudo destaca que a empresa espanhola fortaleceu sua relevância global graças à sua combinação de sucesso internacional de agilidade operacional e experiências de compra personalizadas, impulsionadas por inteligência artificial.

A marca espanhola ultrapassou, assim, a Nike,

que liderava a categoria de moda nos últimos anos e cujo valor, segundo a Kantar, caiu 17% em relação ao ano anterior, ficando atrás da Zara. A Zara também é a única marca espanhola presente na lista “Top 100 Global” da Kantar.

A ascensão da Zara coincide com o 50º aniversário da empresa fundada por Amancio Ortega e consolidada a presença internacional do grupo Inditex no setor da moda.

Segundo a edição espanhola do relatório, o valor combinado das 30 marcas espanholas mais valiosas aumentou 27% no ano passado, atingindo US\$ 147 bilhões.

A Nike, que está em 69º lugar (US\$ 41 bilhões), foi impulsionada por experiências de compra personalizadas e uso avançado de tecnologia.

No Luxo, a Hermès (22º lugar, US\$ 113 bilhões) assume a liderança do setor, ultrapassando a Louis Vuitton (32º lugar, US\$ 87 bilhões), apoiada em forte identidade de marca e conexão com públicos diversos.

Já em Serviços financeiros, o setor cresce com destaque para bancos tradicionais como Chase (43º lugar, US\$ 43 bilhões) e HSBC (89º lugar, US\$ 29 bilhões), que reforçam relações baseadas em confiança e consistência.

Supermercados faturam cerca de R\$ 1,1 trilhão em 2025, 9% do PIB

Em meio a um cenário de crescimento consistente do varejo alimentar brasileiro, as campanhas de fidelidade vêm se consolidando como uma das principais estratégias dos supermercados para impulsionar vendas, aumentar a recorrência de compras e fortalecer o relacionamento com os consumidores. Segundo dados do Ranking Abras 2026, elaborado pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), em parceria com a NielsenIQ, Sebrae e Receita Federal, o setor movimentou mais de R\$ 1,1 trilhão em 2025, representando cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O avanço foi impulsionado principalmente pelo desempenho dos atacarejos e pela adaptação das redes supermercadistas a um consumidor cada vez mais atento a preço e custo-benefício. Para este ano, as vendas do varejo alimentar devem crescer 3,2%, um patamar abaixo dos 3,68% verificados em 2025, segundo projeções da Abras.

Apesar da expectativa de desaceleração no ritmo de crescimento das vendas em 2026, em um ambiente ain-

da marcado por juros elevados e alto nível de endividamento das famílias, o setor segue apostando em estratégias capazes de ampliar o engajamento e estimular o consumo. Nesse contexto, as campanhas de fidelidade (loyalty) ganham ainda mais relevância como ferramenta para geração de valor, diferenciação competitiva e incremento de resultados no ponto de venda.

A avaliação é da LoyaltyCom, empresa especializada em campanhas de selinhos colecionáveis, que reunirá, em São Paulo, as grandes lideranças do setor supermercadista, para debater as principais tendências e novidades no mercado de loyalty no Brasil. O encontro, que acontece entre os dias 18 e 20 de maio, é realizado em paralelo com a APAS Show, uma das maiores feiras e congresso do segmento.

“A fidelização deixou de ser apenas uma ação promocional e passou a ocupar posição estratégica dentro do varejo supermercadista. Hoje, as campanhas são desenhadas para aumentar frequência, fortalecer relacionamento com o consumidor e gerar crescimento consistente nas vendas”, afirma Mellina Haddad,

CEO da LoyaltyCom.

Na ocasião, a LoyaltyCom apresentará novos formatos de campanhas, tendências globais do setor, soluções para ampliar rentabilidade nas lojas e iniciativas voltadas ao fortalecimento da experiência de compra dos consumidores. A companhia já entregou mais de 300 milhões de selos ao longo das suas campanhas, e os resgates de produtos vêm crescendo a cada projeto, uma vez que o consumidor percebe o benefício real do resgate com os descontos propostos. Produtos como panelas, facas e refratários têm sido grandes destaques na preferência dos clientes, e, certamente, marca e qualidade dos produtos são imperativos para o sucesso das campanhas.

Entre os cases de sucesso da empresa está a parceria com a Le Cordon Bleu, uma das mais renomadas instituições de gastronomia do mundo. A LoyaltyCom ampliou recentemente o acordo com a marca para fortalecer a presença de produtos premium no varejo brasileiro por meio de campanhas de fidelidade. Atualmente, mais de 50 produtos e variações já foram desenvolvidos dentro

da parceria, incluindo linhas de panelas, facas, refratários e itens de jantar, presentes em campanhas de grandes redes varejistas premium do País.

Segundo a empresa, campanhas associadas à marca Le Cordon Bleu vêm registrando crescimento expressivo no engajamento dos consumidores, aumento da frequência de compras e evolução das vendas em patamares de dois dígitos, reforçando a importância das campanhas de loyalty como ferramenta estratégica para o varejo alimentar.

Outro movimento observado pela LoyaltyCom é a crescente valorização do consumidor por produtos ligados à experiência gastronômica e ao bem-estar dentro de casa. O comportamento impulsiona campanhas que oferecem itens premium com alto valor percebido, fortalecendo o vínculo emocional entre supermercados e clientes.

“A combinação entre produtos desejados, mecânicas inteligentes de fidelização e experiência positiva de compra é o que transforma as campanhas em ferramentas efetivas de resultado para o varejo”, destaca Mellina Haddad.

Empresários favoráveis ao fim do 6x1 debatem impactos no Congresso

Representantes de um grupo de Empresários que atua pelo fim da escala de trabalho 6x1 participaram nesta quarta-feira de agendas no Congresso Nacional, em Brasília. Eles apresentaram experiências bem sucedidas de implementação de escalas de trabalho mais humanas em diferentes setores, especialmente comércio e serviços, como bares, restaurantes e cafés.

O grupo se reuniu com a deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP) e com representantes do Sebrae

para discutir os impactos positivos da redução da jornada sobre produtividade, qualidade de vida e retenção de trabalhadores. A iniciativa busca mostrar que não são verdadeiras as afirmações de representantes de federações do comércio de que os pequenos e médios empresários são contra a mudança pelos supostos prejuízos.

Os empresários que estiveram presentes em Brasília integram a campanha “O Brasil Quer Mais Tempo”, que nas últimas semanas reuniu mais de 9 mil assi-

naturas de empreendedores de todo o país em apoio ao fim da escala 6x1. A mobilização busca mostrar que parte significativa do setor empresarial brasileiro entende que condições de trabalho mais equilibradas também fortalecem os negócios.

Uma das participantes, Isabela Raposeiras, conta que sair da escala 6x1 fez sua rede de cafés crescer 35%. “Eu sou uma empresária há 22 anos, faço escala 5x2 desde o começo, abro todos os dias”, explicou. “Eu não sou a única empre-

sa que se beneficiou financeiramente com a adoção da escala 5x2, como a gente sempre foi. A gente precisa inspirar mais empresas a fazerem esse movimento e não terem tanto medo”, destacou a empresária.

No grupo estão empresários de diferentes tamanhos, tempo de existência e realidades. Ao todo, a campanha já ultrapassou a marca de 120 mil assinaturas em defesa do fim da escala 6x1 e da construção de modelos de trabalho mais sustentáveis para trabalhadores e empresas.

SETARTE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA

CNPJ nº 40.159.253/0001-27 / NIRE nº 33.202.367.719

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE SÓCIOS

SETARTE ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ sob o nº 40.159.253/0001-27 e NIRE sob o nº 33.202.367.719, com sede estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Francisco Bicalho, 1, sala 17 parte, CEP 20.220-310, convoca seus sócios para a Reunião em caráter Ordinária de Sócios, a ser realizada no dia **15/06/26, às 10h**, no local da sede, para deliberar sobre os seguintes assuntos: Ordem do Dia de Caráter Ordinária: **1.** Apreciação e aprovação das contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **2.** Exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado Econômico do exercício social findo em 31.12.25; **3.** Referendar os Lucros pagos durante o exercício de 2025 e dos Lucros destinados nos preceitos da Lei 15.270/25 e aprovados nas Reuniões realizadas em 25 de dezembro de 2025 e 23 de janeiro de 2026; e **4.** Outros assuntos a serem tratados. Informações Adicionais: • A reunião será realizada [Presencial/Semipresencial/Digital]. • Os documentos relativos à ordem do dia estão disponíveis na sede da empresa e foram publicados na central de Balanços em 07 de maio de 2026. • Em primeira convocação, a reunião será instalada com a presença de sócios que representem ¾ (três quartos) do capital social. • Em segunda convocação, a reunião será instalada com qualquer número de sócios. • Os sócios que não puderem comparecer poderão se fazer representar por procurador, mediante instrumento de procuração com firma reconhecida em cartório. Rio de Janeiro (RJ), 11 de maio de 2026.

ADEMIR CUNHA DE OLIVEIRA

Diretor

SPE SÃO FRANCISCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 20.831.148/0001-85

Edital de Convocação

Assembleia Geral de Debenturistas

Fica o debenturista único da SPE São Francisco Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Companhia”), nos termos da Lei nº 6.404/76 e do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação” da Companhia (“Escritura de Emissão” e “Emissão”, respectivamente), convocado pelo Agente Fiduciário para a Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada no dia 01/06/2026, às 16h30 (AGD”), a qual será realizada de forma exclusivamente eletrônica, por meio de videochamada, que poderá ser acessada a partir do link <https://teams.microsoft.com/join/392069270542611?p=9eBkydeK3uvmJYbuLr>, para deliberar a respeito da ordem do dia abaixo: (i) deliberar sobre a extinção da Emissão, bem como autorizar o Agente Fiduciário a praticar todos os atos necessários à sua formalização, inclusive a outorga dos instrumentos de liberação das garantias constituídas no âmbito da Escritura de Emissão; (ii) caso não seja aprovado o item (i) acima, deliberar sobre a substituição do atual Agente Fiduciário da Emissão, com a eleição de novo agente fiduciário; e (iii) não sendo aprovado o item (ii) acima, deliberar sobre a autorização para que a Companhia ou o Agente Fiduciário submeta à Comissão de Valores Mobiliários - CVM pleito relacionado à dispensa de contratação de novo agente fiduciário para a Emissão, bem como para adotar os procedimentos eventualmente necessários à obtenção de tal autorização. A AGD somente será instalada com a presença do debenturista único, que poderá ser representado por procuradores legalmente constituídos há menos de 1 ano. O debenturista único ou procuradores, deverão participar da AGD munidos de documento de identidade e/ou comprovação de poderes, conforme aplicável, cujas cópias poderão ser enviadas antecipadamente para o Agente Fiduciário, através do e-mail juridico.admfiduciaria@apexgroup.com. São Paulo/SP, 14/05/2026. BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

PROCESSO: 0866718-98.2024.8.19.0001 - INTERDIÇÃO - ||

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro Comarca da Capital - Varas Especializadas em Pessoas Idosas 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas

Avenida Erasmo Braga, 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA DE INTERDIÇÃO

O MM Juiz de Direito, Dr. (a)Carlos Eduardo Pimentel das Neves Reis- Juiz Substituto do Cartório da 1ª Vara Especializada em Pessoas Idosas da Comarca da Capital, RJ, FAZ SABER a quantos este edital virem e dele conhecimento tiverem, que por sentença deste Juízo nos autos da ação nº0866718-98.2024.8.19.0001 foi decretada a CURATELA DEFINITIVA de MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES PASCARELLI, CPF: 057.227.227-82 e nomeada como curadora PATRÍCIA GOMES PASCARELLI, CPF: 855.017.787-34.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª VARA CRIMINAL ESPECIALIZADA - COMARCA DA CAPITAL

Endereço: Erasmo Braga, 115, Lâmina II - Centro – Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20200-903

Telefone: (21) 3133-2144 - E-mail: cap02vcriesp@trj.jus.br

EDITAL DE 1º e 2º LEILÃO ELETRÔNICO/ONLINE E INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 05 DIAS, EXTRAÍDOS DOS AUTOS DA AÇÃO

MOVIDA POR GABINETE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS – GRA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO (ESTADO DO RIO DE JANEIRO), sendo interessados, NAYRA SILVA MENDES, RAFAEL DA ROCHA BUARQUE, PAOLA DE ATAYDE RODRIGUES, MICAEL DOS SANTOS MORAES e PAULINA DE ATAIDE RODRIGUES - PROCESSO Nº: 0087077-68.2025.8.19.0001 (PROCESSO PRINCIPAL 0028686-23.2025.8.19.0001), na forma abaixo:

O(A) Doutor(a) RENAN DE FREITAS ONGARATTO – Juiz(a) de Direito da Vara acima, FAZ SABER por esse Edital, a todos os interessados - que será realizado o público Leilão, pelo Leiloeiro Público ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, NA MODALIDADE ELETRÔNICO/ONLINE: O Leilão estará disponível no portal eletrônico do Leiloeiro, www.alexandroleiloeiro.com.br, na forma do observado no disposto no artigo 137, §1º e artigo 144-A, ambos do Código de Processo Penal; artigo 4º-A da Lei nº 9.613/98; artigo 852, incisos I e II do Código de Processo Civil (c/c artigo 3º do Código de Processo Penal); e, em especial, o artigo 2º, inciso V da Resolução CNJ nº 356/2020 e do Único do Art. 11 da Resolução do CNJ nº 236 de 13/07/2016, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência do Primeiro Leilão, por valor igual ou superior a avaliação, que será encerrado no dia 11/06/2026 às 14:00h e, não havendo licitantes, se iniciará de imediato o Segundo Leilão, por valor igual ou superior a 75% do valor atribuído, que será encerrado no dia 11/06/2026 às 15:00h. DO BEM A SER LEILADO: Lote 01: JEEP COMPASS LONGITUDE 2.0 4x2 Flex 16V Aut., Placa: RJV2G28, Ano: 2021/2021, Cor branca, RENAVAM: 01253081988, Combustível: Alcool/Gasolina, CHASSI: 98867512WMKK57133, AUTO DE APREENSÃO: fl. 17; LAUDO DE EXAME DE PERICIAL DE ADULTERAÇÃO DE VEÍCULOS: fl. 18 – nada a acrescentar. O veículo se encontra avaliado em R\$ 103.763,00 de acordo com pesquisa realizada na tabela FIPE (Referência: março/2026). Lote 02: LAND ROVER EVOQUEISE, Placa: KRV7088, Ano: 2016/2016, Cor: branca, RENAVAM: 01115543382, Combustível: Gasolina, CHASSI: 99JVA2BG5GT000609, AUTO DE APREENSÃO: fl. 30, LAUDO DE EXAME DE PERICIAL DE ADULTERAÇÃO DE VEÍCULOS: fl. 31 – nada a acrescentar. O veículo se encontra avaliado em R\$ 109.575,00 de acordo com pesquisa realizada na tabela FIPE (Referência: março/2026). E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente, para cautelas de estilo, ficando: (NAYRA SILVA MENDES, RAFAEL DA ROCHA BUARQUE, PAOLA DE ATAYDE RODRIGUES, MICAEL DOS SANTOS MORAES e PAULINA DE ATAIDE RODRIGUES) intimado(s) da hasta pública se não for(em) encontrado(s) por intermédio deste Edital na forma do art. 889, 892 do NCPC, sendo que o EDITAL NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA JUNTADO NOS AUTOS, PUBLICADO NO SITE DO SINDICATO DOS LEILOEIROS DO RIO DE JANEIRO E NO SITE DO LEILOEIRO. CUMPRÁ-SE. Dado e passado, nesta Cidade em Rio de Janeiro, em 22 de abril de 2026. Eu, digitei _____, e Eu, Chefe da Serventia, subscrevo _____, (ass.) RENAN DE FREITAS ONGARATTO – Juiz de Direito.

COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS

MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO - TRANSCOOTOUR - CNPJ - 36.095.792/0001-72 NIRE - 33.4.0000395-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os 48 (quarenta e oito) cooperados da TRANSCOOTOUR COOPERATIVA MISTA DE TRABALHO E CONSUMO DOS MOTORISTAS AUTÔNOMOS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 26/05/2026 na Av. Bruxelas, nº 175, sala 301 - Bonsucesso, nesta Cidade, com 1ª. Convocação às 12h00min. com presença de 2/3 de associados, com 2ª Convocação às 13h00min. com a presença de metade mais um de cooperados e em 3ª e última Convocação às 14h00min. com presença mínima de 10 (dez) cooperados em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - Reforma do Regimento do FRV; - Análise e deliberação sobre revisão de pró-labore dos membros da Diretoria; - Aprovação do retorno do Motorista Auxiliar - João Luiz Veloso de Oliveira; - Análise e deliberação sobre o horário de trabalho dos motoristas auxiliares. - Análise e deliberação sobre assuntos operacionais. Rio de Janeiro, 14 de maio de 2026. Marcelo Baptista Chiaradia de Oliveira
Diretor Presidente.

A economia e a eleição presidencial

Por Jorge Priori

Conversamos com Luiz Carlos Bresser-Pereira sobre a economia e a eleição presidencial. Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas e foi ministro da Fazenda em 1987, durante a presidência de José Sarney.

Qual a sua avaliação sobre o atual estado da economia brasileira?

A economia brasileira está crescendo menos por causa do grande ajuste monetário que foi feito. Como o crescimento anterior já não era grande coisa, a economia continua semi-stagnante.

Um ponto absolutamente impressionante é que o Brasil, desde a década de 1980, cresce muito menos do que os países ricos e menos desenvolvimento. O país tem ficado para trás de forma sistemática, o que o impede de alcançar os níveis de renda dos países ricos.

O Brasil cresceu de maneira absolutamente extraordinária entre 1930 e 1980, mas depois disso entrou em estagnação. Neste período, só houve um momento em que o Brasil cresceu com uma taxa mais alta, o segundo governo Lula (de 2007 a 2010), mas isso se deve ao boom das commodities, quando seus preços subiram de forma brutal.

Qual a sua avaliação sobre a forma como o presidente Lula recebeu a economia e vai entregá-la ao seu sucessor, mesmo que seja ele no caso de uma reeleição?

O Brasil passou a ser mal governado a partir da presidência de Dilma Rousseff. Sobre todos os pontos de vista, ela é uma mulher digna e respeitável, mas, infelizmente, não tinha competência para ser presidente da República. Como o seu governo foi desastroso, ela acabou sofrendo o impeachment. Depois disso, nós tivemos a presidência de Michel Temer, que foi um desastre profundo. Se a Dilma era uma desenvolvimentista incompetente, Temer era um ortodoxo também incompetente. Na presidência de Bolsonaro, a situação piorou muito. Durante quatro anos, nós não tivemos, pura e simplesmente, presidente. Nós tivemos um ministro da Fazenda (Paulo Guedes), que fez muitas coisas, inclusive algumas boas, mas que foram poucas.

Lula recebeu uma economia que praticamente não saiu da quase estagnação depois do seu segundo mandato, quando ela teve um desempenho excepcional. Por mais que Lula

tenha tido problemas por ter feito promessas excessivas para o seu terceiro mandato, ele teve a ajuda de um ministro da Fazenda que foi exemplar, Fernando Haddad, que ajudou Lula a fazer o que podia ser feito, já que o governo está longe de ser o todo-poderoso.

Isso porque o governo precisa governar com o Congresso, que é um horror, uma coisa teratológica, e com a classe dominante que ainda não percebeu que o neoliberalismo fracassou. Isso fez com que o governo Lula ficasse muito amarrado do ponto de vista econômico.

O presidente Lula vai entregar para o próximo presidente, mesmo que seja ele próprio, uma economia com um sério problema fiscal, que foi agravado um pouco pelo seu governo. O fato concreto é que o próximo presidente, independente de quem seja, vai ter que fazer um ajuste fiscal, já no início do seu mandato, para pôr um pouco de ordem na casa.

Em caso de reeleição, você acredita que o presidente Lula e o seu governo teriam uma nova abordagem econômica? E caso ele não seja reeleito, o que o novo presidente terá que fazer?

Independente de quem seja, o próximo presidente precisa segurar o crescimento da dívida pública. Cabe destacar que eu defendo um certo ajuste fiscal. Isso porque, por mais que o ajuste fiscal seja necessário, ele não é, como alguns liberais pensam, a solução de todos os nossos problemas. Se o ajuste fiscal for feito, isso será ótimo, mas também será preciso resolver outros problemas, como a taxa de câmbio e o déficit em conta corrente, que é grave. Outro problema é a elevada taxa de juros, que acaba sendo boa apenas para os rentistas, que vivem de juros, e para os financistas que a administram.

Na sua avaliação, a inflação está sob controle?

A inflação está aumentando por causa do conflito no Oriente Médio. Como eu não acredito que esse conflito se prolongue por muito tempo, eu não creio que a inflação saia muito da meta. Dessa forma, eu realmente não estou muito preocupado com a inflação.

A meta de inflação de 3% é adequada à dinâmica da economia brasileira?

A meta de inflação de 3% é um absurdo. É impressionante que o atual governo, que era contra uma taxa de juros alta, tenha aceitado, logo no seu início, a redução da meta de inflação para 3%, quando ela deveria

Luiz Carlos Bresser-Pereira

ser 4%. Isso porque o Brasil tem histórico inflacionário, sendo que depois do Plano Real, dificilmente a inflação saiu de cerca de 5% ao ano.

Uma das razões estruturais para isso é que a economia brasileira continua indexada, já que o Plano Real não fez a sua desindexação. Esse foi o maior defeito do Plano Real, pois a indexação causa inflação. A indexação é um mal em si, assim como a alta taxa de juros.

Como disse, a meta de inflação deveria ser de 4%, o que ainda seria apertado. A meta de 3% impõe objetivos inalcançáveis que obrigam o Banco Central a praticar uma taxa de juros absurda.

Está se formando um combo de problemas composto pelo aumento da inflação, aumento do custo de vida e endividamento da população. O que o governo deveria fazer para ajudar a resolver esses problemas?

Neste momento, o governo está mais preocupado com o problema do endividamento. Nessa matéria, o país cometeu erros muitos grandes, sendo que o principal foi o crédito consignado, que eu não sei como foi aprovado pelo presidente Lula no final de 2003, ainda no seu primeiro mandato. O crédito consignado parece uma coisa boa para quem contrata e para os bancos, que podem emprestar com segurança, mas isso incentiva a acumulação de dívidas. Cabe ressaltar que esse problema já havia sido previsto em 2003.

Não se deve estimular uma pessoa a se endividar, mas sim a não se endividar. O governo está tentando dar uma série de alívios aos devedores, mas eu não sei o quão efetivas serão essas medidas. Elas podem ajudar um pouco, mas não muito.

Com relação ao problema do custo de vida, existe, de fato, uma diferença entre o custo de vida e a inflação. Por exemplo, a cesta básica tem aumentado mais do que a inflação. Esse combo que você mencionou é um problema sério que vai dificultar a reeleição do presidente Lula, que está fazendo o que pode, apesar das suas políticas não estarem dando muito certo.

Na sua avaliação, qual o motivo que está gerando um distanciamento entre a percepção econômica do governo e a percepção econômica, de uma maneira geral, da população?

Eu acho que é muito cedo para dizer que essa tendência vai continuar. Pelo contrário. Eu acho que ela vai mudar. Na última semana, nós tivemos o encontro de Lula com Trump. Lula teve uma atuação em grande estilo, foi amável, fez concessões e demandas, e negociou com os Estados Unidos. Vale ressaltar que, no passado, os americanos não concordavam em negociar com os países do Terceiro Mundo. Eles diziam o que tinha que ser feito, e nós fazíamos. Esse era o esquema da ortodoxia econômica, sendo que ela seguia os preceitos que vinham dos Estados Unidos.

O ponto é que desde o primeiro governo Trump houve uma mudança muito grande que foi confirmada pelo governo Biden. Os Estados Unidos voltaram a utilizar uma política industrial e a aplicar uma série de tarifas aduaneiras, que são uma forma de intervenção. Assim, não há nenhuma razão para nos mantermos ortodoxos quando deveríamos estar sendo desenvolvimentistas.

Os liberais tentam identificar o desenvolvimentismo com o populismo econômico, mas isso é um absurdo. Você pode perfeitamente ser desenvolvimentista sem ser populista, pois o que você precisa para ser desenvolvimentista é simplesmente acreditar que o Estado deve intervir moderadamente na economia e assumir uma posição de nacionalismo econômico, que não tem nada a ver com nacionalismo étnico. Isso é absolutamente razoável.

Muitos países asiáticos têm crescido muito mais que o Brasil. Quando houve a crise do tarifaço de Trump, verificou-se que esses países continuavam usando tarifas aduaneiras bastante altas para promover suas indústrias. Aqui, nós abandonamos isso há muito tempo e parece que temos medo de falar no assunto.

Força das retroescavadeiras na construção brasileira

As retroescavadeiras seguem como protagonistas no mercado brasileiro de linha amarela, impulsionadas pela versatilidade, pelo retorno sobre o investimento e pela ampla aplicação em obras de diferentes portes. O cenário atual do segmento estará em debate durante o 2º Encontro Sobratema de Conexões e Negócios, que acontece no dia 21 de maio, em São Paulo.

“A retroescavadeira é uma máquina sem fronteiras. Ela atende todos os setores, independentemente do tamanho da obra, seja como equipamento de apoio ou protagonista da operação”, afirma Eurimilson Daniel, vice-presidente da Associação Brasileira de Tecnologia e Gestão de Equipamentos (Sobratema), promotora do evento

O encontro reunirá fabricantes, usuários, locadores, construtoras e compradores de retroescavadeiras em um ambiente voltado à geração de negócios, troca de experiências e apresentação de soluções para o mercado.

No ano passado, o Estudo Sobratema do Mercado Brasileiro de Equipamentos estimou a venda de 10,5 mil retroescavadeiras no país. “Atualmente, esse segmento é bastante competitivo. Por isso, os fabricantes buscam ampliar sua participação no mercado por meio de novos modelos, maior oferta de equipamentos e condições comerciais diferenciadas, inclusive para enfrentar um cenário de juros elevados”, explica Daniel. Segundo ele, apesar de o primeiro trimestre ter apresentado redução de atividade, algo comum em função da sazonalidade, a expectativa é de recuperação ao longo do ano e de manutenção da liderança das retroescavadeiras no mercado de linha amarela.

O 2º Conexões e Negócios terá foco nas retroescavadeiras justamente por sua posição estratégica no mercado, atendendo dife-

rentes perfis de clientes e aplicações. Os equipamentos oferecem produtividade, agilidade, mobilidade e rápido retorno sobre o investimento, além de contarem com uma rede consolidada de peças, manutenção e mão de obra, o que garante maior disponibilidade operacional. “O mercado das retors é muito disputado: quem está entrando quer ganhar espaço, quem já está posicionado quer defender sua participação, e quem ganha com isso é o cliente. Assim, o evento permitirá que o público conheça diferentes fabricantes, modelos de negócio, estruturas de atendimento e condições comerciais, oferecendo um ambiente adequado para que os participantes analisem e escolham as melhores opções para seus negócios”, ressalta Daniel.

A programação contará com a participação de Daniel Cardozo Daneluz, superintendente da Via Appia Concessões, que abordará investimentos em obras, novos projetos e o uso de retroescavadeiras; Felipe Siqueira, gerente da HBSP Locações de Máquinas e Equipamentos, empresa coligada à Passarelli, que falará sobre a aplicação das retroescavadeiras em diferentes tipos de obras; e Romário Júnior, coordenador técnico da Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (ABCON), que apresentará um panorama do setor de saneamento no país. As apresentações técnicas de produtos ficarão a cargo da BMC Hyundai, Case Construction, Forza, JCB, John Deere e Sotreq/Caterpillar, participantes do evento.

Na avaliação de Daniel, o avanço das obras de infraestrutura e saneamento deve ampliar ainda mais a presença das retroescavadeiras no mercado brasileiro. “A expectativa é de crescimento da utilização desses equipamentos nas obras de saneamento e infraestrutura, contribuindo para importantes entregas ao país”, finaliza.

Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros: uma das melhores pelo 14º ano consecutivo

O Grupo Bradesco Seguros foi reconhecido, pelo 14º ano consecutivo, como uma das empresas com as “Melhores Ouvidorias do país” no Prêmio Ouvidoria Brasil, promovido pela Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente (Abrarec). A premiação destaca organizações que utilizam a Ouvidoria de forma estratégica para fortalecer o relacionamento com os clientes e aprimorar a experiência do consumidor.

Neste ano, o reconhecimento foi concedido ao caso “Ouvidoria Inteligente – Conexão Humana e Decisão Ágil”, iniciativa que reforça a evolução da Ouvidoria como uma instância estratégica

de escuta qualificada, análise de dados e aprimoramento contínuo de processos. . O projeto combina inteligência analítica e uso estratégico de informações para entregar soluções mais empáticas e eficientes, além de apoiar a tomada de decisão em diferentes níveis da organização.

A iniciativa também amplia o papel da Ouvidoria como elo entre clientes, áreas internas e liderança, ao transformar manifestações em indicadores, painéis e análises que subsidiam ajustes de processos, revisão de práticas e apoio à tomada de decisão em diferentes níveis da organização.

Nesta edição, a Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros

foi reconhecida em todas as dimensões avaliadas pelo prêmio, incluindo amplitude e acessibilidade do atendimento, desempenho e inovação, consolidando a Companhia como referência nacional em gestão de Ouvidoria.

Para Valdirene Soares, diretora de Recursos Humanos, Sustentabilidade e Ouvidoria do Grupo Bradesco Seguros, o reconhecimento reflete uma trajetória de evolução constante. “Receber essa premiação por mais um ano consecutivo representa, acima de tudo, uma grande responsabilidade. Essa trajetória é resultado de um trabalho contínuo, construído com colaboração, compromisso e evolu-

ção constante. Ao integrar tecnologia, inteligência analítica e sensibilidade humana, avançamos na entrega de respostas mais claras e próximas, ao mesmo tempo em que fortalecemos a tomada de decisão em toda a organização”, afirma.

A executiva destaca ainda que a evolução da Ouvidoria acompanha o movimento de transformação do segmento, no qual dados e tecnologia atuam como facilitadores de uma experiência mais qualificada. “Trata-se de um esforço coletivo, que envolve diferentes áreas e reforça nosso compromisso de manter o cliente no centro das decisões, com transparência, eficiência e responsabilidade”, completa.



PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A.

CNPJ/MF Nº 02.291.077/0001-93 - NIRE 33.3.0027784-6

COMPANHIA DE CAPITAL ABERTO - REGISTRO CVM Nº 01923-2

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA COMPANHIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2026

COMPANHIA ABERTA. CNPJ/MF 02.291.077/0001-93. NIRE 33.3.0027784-6. **DIA, HORA E LOCAL:** Em 29 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Rua Jardim Botânico nº 674 / sala 316, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **PRESENCAS:** Acionistas representando 87,6% das ações em circulação da Companhia, conforme assinaturas infra. **CONVOCAÇÃO:** Edital de Convocação publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, no Jornal Monitor Mercantil (em conformidade com a nova redação do artigo 289 da Lei 6.404/76), nas edições de 06, 07 e 08 de abril de 2026, com divulgação simultânea na página do mesmo jornal na internet, devidamente certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). **MESA:** Sra Nanci Turibio Guimarães - Presidente; Sr. Daniel Bar – Secretário. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: (i) nomeação, em substituição, dos membros do conselho de administração, devido a pedido de renúncia entregue na sede desta Companhia, (ii) nomeação de membro do Conselho de Administração em decorrência de indicação pelos debenturistas da 1ª emissão, de representante para compor o Conselho de Administração, conforme previsto no item 6.3 da Escritura de 1ª Emissão de Debêntures desta Companhia, e (iii) nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração. **DELIBERAÇÕES:** Abertos os trabalhos, a Sra. Presidente verificou a presença de acionistas representando 87,6% de ações em circulação, e declarou instalada a presente Assembleia Geral. Procedida a leitura da Ordem do Dia, deu-se início à discussão. A Presidente da Assembleia apresentou aos acionistas presentes os seguinte documentos: (1) cartas de renúncia dos Conselheiros de Administração (a) Sr. Cesar Avidos Jurvena Pereira; e (b) Sr. Thiago de Resende Andrade, ambos indicados pelos controladores da Companhia; (2) Carta da **Acesita Previdência Privada (“ACEPREV”)**, integrante do Bloco de Controle da sociedade, com a indicação, nos termos da Cláusula Segunda do **Acordo de Acionistas**, do Senhor **Denner Glausdon de Freitas**, em substituição ao Senhor **Thiago de Resende Andrade**; (3) Carta de Renúncia do Sr. **André Guilherme Pinto Bandeira de Mello**, representante do Conselho de Administração indicado pelos debenturistas em sede de Assembleia Geral realizada em 11 de março de 2025 e nomeado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2025, e (4) Ata da assembleia Geral de Debenturistas com a indicação, deliberado por maioria de votos dos debenturistas presentes, do Sr. Sthefeson Pereira de Castro Alves. A Sra Presidente confirmou, ainda, que esses documentos ficarão arquivados na sede da Sociedade, podendo, a critério dos interessados, serem acessados para validação da conformidade dos seus termos. Primeiramente, a Presidente da Assembleia, em nome dos acionistas e demais Conselheiros, agradeceu a atuação e comprometimento dos conselheiros renunciantes, no exercício dos seus cargos. Antes do início dos trabalhos, a Sra. Presidente deu a palavra ao representante da **Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES (“FAPES”)**, acionista integrante do Bloco de Controle. Por solicitação desse acionista **REGISTRA-SE** o que se segue: (a) Apesar da ciência dos seus direitos, estabelecidos no Acordo de Acionistas para indicação de um membro para compor o Conselho de Administração da Sociedade, esse acionista optou, temporariamente, por declinar dessa prerrogativa e, em momento oportuno, poderá requerer à administração da Companhia a convocação de assembleia para deliberar sobre a indicação de membro para compor o referido colegiado; e (b) Conforme disposto no item 6.3 da Escritura de 1ª emissão, nos termos da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de outubro de 2024, os acionistas têm a obrigação, em caráter irrevogável e irretratável, de eleger os representantes dos debenturistas previamente aprovados em sede de Assembleias Gerais de Debenturistas dessa primeira Emissão de debêntures. Assim sendo, a **FAPES**, cumprindo sua obrigação como acionista de **PROMAN**, se manifesta na presente assembleia, pela aprovação da indicação do Sr. Sthefeson Pereira de Castro Alves para composição do Conselho de Administração. Em seguida, iniciou-se o debate para deliberação do item (i) da **ORDEM DO DIA**. Após debates sobre tema em questão, os acionistas presentes aprovaram, por unanimidade, de votos, a indicação do Sr. Denner Glausdon de Freitas, brasileiro, casado, Administrador, com endereço comercial à Av. Carandaí, nº 1.115, 10º andar Funcionários, Belo Horizonte, Carteira de identidade nº M3811163, expedida pelo DETRAN/MG CPF/MF nº 558.551.566-72, para substituir o Sr. **Thiago de Resende Andrade** no Conselho de Administração até o término dos seu mandato, ou seja, 30 de abril de 2027. Dando continuidade à assembleia, iniciou-se os debates quanto ao item (ii) da **ORDEM DO DIA** e, foi esclarecido aos acionistas presentes que, em assembleia de debenturistas realizada na data de 17 de abril de 2026, os debenturistas aprovaram, por maioria de votos, a indicação, como representante para compor o Conselho de Administração, do Sr. Sthefeson Pereira de Castro Alves, brasileiro, solteiro, Analista de Investimentos, com endereço comercial à Rua. São Bento, nº 8, 18º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 156.382.117-64, carteira de identidade nº 26.962.851-7, expedida pelo Detran-RJ, cabendo aos acionistas da Proman, em caráter irrevogável e irretratável, conforme previsto no item 6.3 da Escritura de 1ª emissão, exercer o direito de voto que lhes competir, direta ou indiretamente, de forma a eleger o representante indicado pelos debenturistas. Assim os acionistas presentes, deliberaram, em conformidade com o item 6.3 da Escritura de Emissão, pela nomeação, como conselheiro da Companhia, do Sr. Sthefeson Pereira de Castro Alves, com mandato unificado até 30 de abril de 2027, e (iii) foi aprovada a nomeação do Sr. Denner Glausdon de Freitas, já qualificado acima, para a presidência do Conselho de Administração. Em virtude das deliberações tomadas, fica, então, a formação o Conselho de Administração da Cia, com mandato unificado até 30 de abril de 2027, conforme se segue: Sr. Denner Glausdon de Freitas, já qualificado acima; Sr. Francisco Alonso Rabelo Vieira, brasileiro, casado, analista de sistema, com endereço comercial à Rua Mena Barreto, 143, Botafogo, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.452.357-96, portador da carteira de identidade nº 08323577-0, expedida pelo DETRAN/RJ; e do Sr. Sthefeson Pereira de Castro Alves, já qualificado acima. Os Conselheiros ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante lavratura e assinatura de termo de posse, como anexo a esta Ata, que serão devidamente registrados em órgão do comércio competente, atendendo os dispositivos descritos no §2º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, bem como o disposto no inciso II, do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pelo art. 4º da Lei nº 10.194 de 14 de fevereiro de 2001 e ainda ao disposto no Artigo 2º do Anexo K à Resolução CVM 80 de 29 de março de 2022. Os Conselheiros ora eleitos declaram, nos termos da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal. **ANEXOS:** Termos de Posse dos Conselheiros investidos nesta assembleia. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a sessão suspensa para lavratura desta ata. Reaberta a sessão foi esta lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026. **Nanci Turibio Guimarães - Presidente. Daniel Bar - Secretário.** Registro na JUCERJA em 12/05/2026 sob o nº 00007766760.



WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ Nº 33.228.024/0001-51 - NIRE (JUCERJA) Nº 33300031359

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 07 (sete) dias do mês de abril do ano de 2026, às 9h, reuniram-se por teleconferência, via aplicativo “Microsoft Teams”, conforme convocação realizada na forma do § 2º, do Artigo 20, do Estatuto Social da Companhia, os membros do Conselho de Administração da WLM PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS S.A., DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA, FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA. Em seguida, o Sr. Presidente fez registrar que todos os membros do Conselho de Administração estavam devidamente conectados pelo “Microsoft Teams”, logo presentes, tendo indicado o Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA, para secretariar a reunião. A ata será submetida à aprovação de todos os Conselheiros, cuja aprovação deverá ser formalizada mediante resposta, tudo através de envio por comunicação eletrônica (correio eletrônico), que serão arquivados na Secretaria da Companhia. A ata da reunião será assinada pelo Secretário que ficará investido de poderes para tanto por todos os participantes da reunião, sendo dispensada a assinatura na ata dos demais participantes, para todos os efeitos legais. Todos os Conselheiros aprovaram as proposições preliminares do Sr. Presidente e a indicação do Conselheiro FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA para secretariar a reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente disse que o Conselho estava reunido para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: “Eleição de membro da Diretoria da Companhia para o mandato de 2026/2027”. Após análise e deliberação, os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a eleição de 1 (um) membro para a Diretoria, com mandato de 1 (um) ano, com início em 07 de abril de 2026, nos termos do estatuto social da Companhia, podendo ser reeleita ou substituída por deliberação a ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a próxima Assembleia Geral Ordinária. Foi eleita para o cargo de **Diretora sem designação especial: Nathalia Molina**, brasileira, solteira, advogada, RG de nº 35.009.566-8 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 344.107.818-71, com endereço comercial na cidade de Sumaré, Estado de São Paulo, na Rodovia Anhanguera, Km 114,5 - Nova Veneza, CEP: 13.177-901. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrados os trabalhos da reunião às 09h30min. A presente ata foi lavrada e assinada pelo Sr. Secretário, conforme nomeado, produzindo seus jurídicos e legais efeitos. Presentes via aplicativo “Microsoft Teams”: DON DAVID LEMOS DE MORAES MAGALHÃES LEITE JAYANETTI (Conselho de Administração - Presidente), FELIPE LEMOS DE MORAES (Conselho de Administração - Vice-Presidente), CELSO HIROO IENAGA (Conselho de Administração), FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA (Conselho de Administração) e EUGENIO RICARDO ARAUJO COSTA (Conselho de Administração). FERNANDO MAGALHÃES PORTELLA - Membro do Conselho de Administração - Secretário. JUCERJA nº 7751029 em 05/05/2026.

ICATU HOLDING S/A

CNPJ/MF n.º 02.316.471/0001-39 / NIRE n.º 3.330.016.696-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2026

1. Hora e Local: Às 10:00 horas, na sede social, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, na Av. Ataulfo de Paiva, nº. 1.100, 2º andar, Leblon.

2. Convocação: Conforme Edital de Convocação publicado no Monitor Mercantil nos dias 15, 16 e 17 de abril de 2026.

3. Presença: Acionistas representando mais de 2/3 do capital votante conforme Lista de Presença anexa.

4. Mesa: Presidente da Reunião: Antônio Carlos Dantas Mattos. Secretário da Reunião: José de Mello da Cunha Alvarenga Neto.

5. Deliberações por unanimidade: Lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei 6.404/76 e alterações posteriores; Aprovação das contas da Companhia, bem como das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, publicadas no Monitor Mercantil nos dias 31 de março de 2026; Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração em até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) a ser individualizada em comum acordo pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria; Reelection dos Membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2029, sendo reeleitos os Srs. SYLVIA MARIA DA GLÓRIA DE MELLO FRANCO NABUCO, brasileira, divorciada, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 958.202.647-20, titular da Carteira de Identidade nº 01.737.774-9, expedida pelo IFP/RJ, residente e domiciliada nesta cidade, com endereço comercial na Av. Ataulfo de Paiva, nº 1.100 - 2º andar, Leblon; **MARIA DO CARMO NABUCO DE ALMEIDA BRAGA**, brasileira, solteira, maior, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 487.269.157-15, titular da Carteira de Identidade nº 02.978.307-3, expedida pelo IFP/RJ, residente e domiciliada em São Paulo, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, 45, Conjunto 74, Jardim Europa, São Paulo, SP, CEP: 04.536-000; **LUCIA NABUCO DE ALMEIDA BRAGA REBELLO**, brasileira, casada pelo regime da separação de bens, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 733.363.007-20, titular da Carteira de Identidade nº 04.022.158-2, expedida pelo IFP-RJ, residente e domiciliada nesta cidade, com endereço comercial na Av. Ataulfo de Paiva, nº 1.100 - 2º andar, Leblon; SYLVIA NABUCO DE ALMEIDA BRAGA, brasileira, casada pelo regime da separação de bens, empresária, inscrita no CPF/MF sob o nº 786.276.997-04, titular da Carteira de Identidade nº 04.371.185-2, expedida pelo IFP/RJ, residente e domiciliada nesta cidade, com endereço comercial na Av. Ataulfo de Paiva, nº 1.100 - 2º andar, Leblon; **JOAQUIM AURÉLIO MELLO FRANCO NABUCO DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 008.588.977-68, titular da carteira de identidade nº. 11.346, expedida pela OAB/RJ, residente e domiciliado nesta cidade, com endereço comercial na Rua General Venâncio Flores, 305, salas 703 e 704, Leblon; e **LUIS ANTONIO NABUCO DE ALMEIDA BRAGA**, brasileiro, casado pelo regime da separação de bens, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 533.519.087-68, titular da Carteira de Identidade nº 03.474.562-0, expedida pelo Detran/RJ, residente e domiciliado em São Paulo, com endereço comercial na Rua Jerônimo da Veiga, 45, Conjunto 74, Jardim Europa, São Paulo, SP, CEP: 04.536-000.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2026 (ass.) Antônio Carlos Dantas Mattos - Presidente; José de Mello da Cunha Alvarenga Neto - Secretário; Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga; Lucia Nabuco de Almeida Braga Rebello; Sylvia Nabuco de Almeida Braga; Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga; **JUCERJA 7765435 em 12/05/2026. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.**

RESUMO DO EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO ELETRÔNICO E INTIMAÇÃO

A Exmª. Sra. Dra. **ADRIANA MARQUES DOS SANTOS LAIA FRANCO**, MMª Juíza de Direito da 02ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ, **ou quem a substituir**, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, nos termos do Art. 881, § 1º, c/c Art. 882, §§ 1º e 2º, ambos do CPC, FAZ SABER, a todos quantos virem ou tiverem conhecimento do presente EDITAL, **com o prazo de 05 (cinco) dias**, extraído dos autos da Execução de Título Extrajudicial - CPC - Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício movida por **Exequente: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO GLAMOUR - CNPJ: 00.430.244/0001-04** em face de **Executado: MARIA JACIRA COSTA E SILVA - CPF: 769.652.367-87, processo nº 0177805-68.2019.8.19.0001**, que o referido Juízo levará à venda em público leilão, conduzido pelo Leiloeiro Oficial Leandro Dias Brame – JUCERJA 130, através do Portal de Leilões <https://www.brameleiloes.com.br> e do SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), o imóvel penhorado nos supracitado processo, em condições que se segue: **DO PERÍODO E DAS DATAS DE ENCERRAMENTO DO LEILÃO ELETRÔNICO** – O 1º Leilão Eletrônico será realizado no dia **27 DE MAIO DE 2026, às 14h30min** (horário de encerramento), ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) por preço igual ou superior ao valor da(s) respectiva(s) avaliação(ões), **sendo certo que, conforme disposto no Art. 11 da RESOLUÇÃO do CNJ nº 236, o 1º leilão estará aberto para lances com, no mínimo, 5 (cinco) dias de antecedência da data designada para seu encerramento.** Em caso de encerramento do 1º Leilão sem licitantes, iniciará, imediatamente, o período para lances no **2º Leilão Eletrônico**, ficando designado, desde já, o dia **03 DE JUNHO DE 2026, às 14h30min**, para o encerramento do 2º Leilão Eletrônico, ocasião em que o(s) bem(s) será(ão) vendido(s) pela melhor oferta, desde que o lance vencedor não seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, conforme Art. 885 c/c Art. 891, § único, do CPC/2015. **DESCRIÇÃO DO BEM:** Imóvel de propriedade do réu/ executado, conforme Termo de Penhora de fl. 294, designado pelo **APARTAMENTO 303, DO BLOCO B, DO EDIFÍCIO SITUADO NA PRAIA DE BOTAFOGO, Nº 252**, freguesia da Lagoa (bairro Botafogo), desta cidade, e correspondente fração ideal de 12/1000 do terreno, devidamente caracterizado, dimensionado e registrado sob a matrícula 32.617 no 3º RGI(Capital/RJ). Inscrição Municipal 0.945.115-4 (IPTU). **AVALIAÇÃO: R\$ 1.238.000,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E TRINTA E OITO MIL REAIS).** Conforme prevê o Art. 887, §§ 1º e 2º do CPC, a integral do Edital encontra-se disponibilizada no site de leilões online: www.brameleiloes.com.br, e no site do Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro www.sindicatodosleiloeirosrj.com.br. Demais informações poderão ser obtidas com a equipe do leiloeiro pelo tel.: (21) 98381-5688 (WhatsApp). Eu, (Isabel Cristina Pinto de Barros Cabral - Responsável pelo Expediente - Mat. 01-17460), o fiz digitar e subscrevo por autorização da MMª. Dra. Juíza de Direito.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

SUPERVIA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF Nº 02.735.385/0001-60

	Controladora		Consolidado	
Passivo não circulante	2025	2024	2025	2024
CLASSE I	-	1.636	-	1.636
CLASSE II	-	-	-	-
CLASSE III	-	343.517	-	343.517
CLASSE IV	-	1.395	-	1.395
Total.....	-	346.549	-	346.549
Total.....	228.203	448.501	228.203	448.501

Os créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial estão distribuídos nas naturezas descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Passivo circulante	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (a)	7.596	4.888	7.596	4.888
Empréstimos e financiamentos (b) ..	36.837	15.863	36.837	15.863
Parcelamentos (c)	57.735	48.511	57.735	48.511
Sociedades ligadas (d)	104.619	26.035	104.619	26.035
Outros passivos (e)	21.416	6.655	21.416	6.655
Total.....	228.203	101.952	228.203	101.952

	Controladora		Consolidado	
Passivo não circulante	2025	2024	2025	2024
Fornecedores (a)	-	26.620	-	26.620
Empréstimos e financiamentos (b) ..	-	81.488	-	81.488
Parcelamentos (c)	-	145.533	-	145.533
Sociedades ligadas (d)	-	78.106	-	78.106
Outros passivos (e)	-	14.802	-	14.802
Total.....	-	346.549	-	346.549
Total.....	228.203	448.501	228.203	448.501

(a) O valor de R\$ 7.596 devido a fornecedores de materiais e serviços possui fato gerador anterior a 07 de junho de 2021, data do pedido de Recuperação Judicial da Companhia, e está sujeito ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ, conforme Quadro Geral de Credores, e os pagamentos se darão na forma e condições do aditivo ao PRJ, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 06 de outubro de 2025. **(b)** O montante de R\$ 36.837 está distribuído da seguinte forma: (i) O valor de R\$ 17.836 (R\$ 63.453 em 2024) refere-se a emissão de Debêntures de Infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia. Em 14 de dezembro de 2018, foi aprovada, através da Assembleia Geral dos Debenturistas, a alteração do número de parcelas de amortização programada de 17 para 16 parcelas, com a primeira parcela vencendo em maio de 2019 e a última parcela mantendo o seu vencimento em novembro de 2026. Em 31 de maio de 2019, a Companhia realizou a recompra de 83,06% das debêntures em circulação, não realizando o cancelamento destes papéis sendo os mesmos guardados em tesouraria, o valor desta recompra foi de R\$ 249.118 de principal e R\$ 56.191 de juros. O saldo será pago na forma do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 06 de outubro de 2025. **(c)** Em 30 de julho de 2019, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada do período compreendido entre junho de 2016 a junho de 2018, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 165.498, sendo pago no exercício de 2018 a importância de R\$ 38.412. Em 24 de junho de 2019, foi incluído neste parcelamento a importância de R\$ 48.149, referente ao saldo em aberto das faturas do período compreendido entre julho de 2018 a março de 2019. O saldo remanescente de R\$ 175.235 seria pago em 60 (sessenta) parcelas corrigidas mensalmente por CDI + 180%, com a primeira parcela em junho de 2019 e a última parcela com o seu vencimento em maio de 2024. Em abril de 2020, em virtude da pandemia do Covid-19, houve nova negociação, prevendo suspensão dos pagamentos do período de abril a dezembro de 2020, retomando-se os mesmos em janeiro de 2021. Da parcela 1, de junho de 2019, até a parcela 24, de maio de 2021, foi pago o montante de principal mais juros no valor de R\$ 58.727. O saldo de R\$ 57.735 (R\$ 194.044 em 2024) devido à Light será pago na forma do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 06 de outubro de 2025. **(d)** Do montante de R\$ 104.619 (R\$ 104.141 em 2024), R\$ 49.717 (R\$ 49.490 em 2024), sendo R\$ 40.750 de principal e R\$ 8.967 de juros, refere-se a saldo de contrato de mútuo firmado em janeiro de 2021 com sua controladora indireta GUMI Brasil Participações Ltda, com custo entre CDI + 4,1% a.a. e 5,1% a.a. e prazo de 12 meses. Com a aprovação do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, realizada em 06 de outubro de 2025, este saldo de Crédito Quirografário do Controlador indireto GUMI Brasil, na qualidade de Credor Colaborador Financiador, será extinto ou reestruturado de modo a se tornar, no mínimo jurídica e/ou estruturalmente, subordinado ao pagamento dos Créditos Quirografários na forma do aditivo aprovado, podendo ser realizadas operações societárias ou contábeis de quaisquer naturezas para a implementação de tal reestruturação. O saldo de R\$ 54.902 (R\$ 54.651 em 2024) refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital social no valor de R\$ 45.000, recebido da controladora direta Rio Trens Participações, a ser convertido em capital social até 31 de dezembro de 2021. Com a aprovação do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, realizada em 06 de outubro de 2025, o adiantamento de R\$ 45.000 mais juros de R\$ 9.902 do Controlador indireto GUMI Brasil, na qualidade de Credor Colaborador Financiador, será extinto ou reestruturado de modo a se tornar, no mínimo jurídica e/ou estruturalmente, subordinado ao pagamento dos Créditos Quirografários na forma do aditivo aprovado, podendo ser realizadas operações societárias ou contábeis de quaisquer naturezas para a implementação de tal reestruturação. **(e)** O valor de R\$ 21.416 (R\$ 21.457 em 2024) refere-se a processos judiciais de natureza cível e trabalhista, incluídos no quadro geral de credores, cujo saldo será pago na forma do Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial – PRJ aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em 06 de outubro de 2025. **Movimentação dos créditos sujeitos a recuperação judicial**

	Controladora e Consolidado	
Descrição	2025	2024
Saldo em 31/12/2023	394.780	-
Novos créditos habilitados RJ	12.318	-
Deságios processos judiciais QGC	(387)	-
Encargo de dívidas – juros	46.756	-
Pagamentos de principal e juros	(4.966)	-
Saldo em 31/12/2024	448.501	-
Novos créditos habilitados RJ	34.632	-
Deságio Créditos da Recuperação Judicial (a)	(262.381)	-
Encargo de dívidas – juros	7.768	-
Pagamentos de principal e juros	(317)	-
Saldo em 31/12/2025	228.203	-

(a) Com a aprovação do aditivo ao Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, realizada em 06 de outubro de 2025, a Companhia reconheceu um deságio que totalizou R\$ 262.381, conforme detalhamento no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado	
Descrição	2025	2024
Deságio Light	(138.897)	-
Deságio Debêntures	(45.863)	-
Deságio Bradesco	(27.939)	-
Deságio Fornecedores Sujeitos a RJ	(25.540)	-
Deságio Processos Judiciais QGC	(23.039)	(387)
Deságio Itaú RJ	(1.103)	-
Total.....	(262.381)	(387)

Prazos de vencimento: O montante de créditos sujeitos a recuperação judicial a longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
2025	-	101.954
2026	228.203	105.705
2027	-	103.483
2028	-	93.316
2029 em diante	-	44.043
Total.....	228.203	448.501

(VI) Principais impactos nas operações da Companhia durante o exercício de 2025: A Companhia e o Grupo, constituído pela SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. – Em recuperação judicial e suas controladas, SC Empreendimentos e Participações S.A. (“SC”) – Em recuperação judicial e PY13 Participações S.A. (“PY13”) encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 com lucro de R\$ 163.085 e com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 2.067.083 no Consolidado. A Companhia obteve a homologação de sua tarifa atualizada para R\$7,60, praticada a partir de 02 de fevereiro de 2025. Os principais eventos identificados adiante são indicativos das incertezas sobre a continuidade operacional da Companhia: Em 07 de junho de 2021, a SPV e demais Recupерандas ajuizaram o pedido de Recuperação Judicial, processo nº 0125467-49.2021.8.19.0001, na 6ª Vara Empresarial do Estado do Rio de Janeiro, e, em 31 de maio de 2022, o Plano de Recuperação Judicial (PRJ) foi aprovado em Assembleia Geral de Credores (AGC) e posteriormente homologado em 09 de junho de 2022 pelo Juízo Recuperacional. Em 13 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao Juízo da Recuperação Judicial – RJ a iminência do seu colapso financeiro, o que poderia resultar na convalidação da RJ em falência, caso o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) não promovesse o pagamento dos desequilíbrios contratuais causados ao longo do período. Isso aconteceu porque, mesmo após a apresentação e aprovação do PRJ, premissas fundamentais para o soerguimento da SuperVia não se concretizaram, tais como: (i) a retomada da demanda, com o consequente aumento do valor médio da tarifa (ticket médio) paga pelos passageiros do sistema de transporte ferroviário, conforme previsto no

Contrato de Concessão; e (ii) o recebimento de valores devidos pelo ERJ. Como consequência, foi instaurado o Incidente de Pedido de Providências nº 0065858-33.2024.8.19.0001, no qual o Juízo determinou a realização de auditoria por especialistas por ele nomeados, cujo laudo confirmou a situação de iminente colapso financeiro da Companhia. Diante desse diagnóstico, o Juízo determinou, entre outras medidas, a suspensão das obrigações assumidas pela Companhia no PRJ, inicialmente até 15/08/2024, sendo posteriormente prorrogada até novembro do mesmo ano. Em 30 de janeiro de 2025, foi proferida nova decisão judicial pelo juízo da 6ª Vara Empresarial, no qual tramita a Recuperação Judicial do Grupo SuperVia, determinando a suspensão das obrigações pactuadas relativas ao Plano de Recuperação Judicial. Em 06 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral de Credores do Grupo SuperVia, na qual foi aprovado o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial com quóruns qualificados de aprovação. O referido Aditivo contempla, dentre outras medidas: (i) aporte financeiro pelo controlador indireto GUMI Brasil no montante fixo e irrevogável de R\$ 150.000, a ser destinado prioritariamente ao pagamento de credores concursais, nos termos e condições nele previstos; (ii) priorização do pagamento integral de parcela relevante dos credores trabalhistas e de credores hipossuficientes; (iii) previsão de constituição e alienação de Unidade Produtiva Isolada – UPI Ferroviária, por meio de processo competitivo, para fins de transferência da operação ferroviária a um Novo Operador e posterior extinção do atual Contrato de Concessão; (iv) reserva mínima de recursos para pagamento de créditos retardatários, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.101/2005. O Aditivo foi homologado por decisão proferida em 28 de outubro de 2025 pelo Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo nº 0125467-49.2021.8.19.0001, cuja publicação ocorreu em 05 de novembro de 2025, data que caracteriza a Homologação Judicial do Aditivo, nos termos nele definidos. A decisão consignou que a liberação dos recursos objeto do aporte financeiro observará as condições previstas no instrumento de transação anteriormente homologado, não estando condicionada ao trânsito em julgado da decisão integrativa que homologou o Aditivo. O valor do aporte de R\$ 150.000 foi inicialmente depositado em conta controlada (“escrow”) e, posteriormente, liberado mediante celebração de Contrato de Mútuo entre GUMI e SuperVia firmado em 17 de dezembro de 2025. O mútuo totalizou R\$ 165.157, correspondente ao valor do aporte acrescido dos rendimentos líquidos auferidos na conta controlada, não estando sujeito à incidência de juros ou atualização monetária, com vencimento em parcela única no prazo de 12 meses contados da data de sua liberação, observadas as hipóteses de vencimento antecipado contratualmente previstas. Nos termos do contrato e das decisões judiciais correlatas, ficou estabelecido que os valores do Aporte do controlador indireto GUMI e dos rendimentos líquidos serão transferidos para uma conta judicial vinculada ao Juízo da RJ (“Conta Judicial Vinculada”), sendo certo que os re-

cursos correspondentes ao Aporte Financeiro somente poderão ser utilizados para fazer frente ao passivo concursal, na forma do Instrumento de Transação, sendo que a movimentação desses recursos ocorrerá conforme definido por decisão do Juízo da RJ (“Decisão de Homologação”). O valor dos Rendimentos Líquidos da Conta Controlada será destinado para o Fundo Supervia (conforme definido na Decisão de Homologação). O depósito de R\$ 165.157 foi realizado na conta judicial vinculada em 19 de dezembro de 2025. **Pleitos indenizatórios ajuizados:** Ainda em 13 de maio de 2024, a Companhia ajuizou, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, seis ações judiciais contra o ERJ, pleiteando o pagamento de indenizações no valor original total de R\$ 1.237.744, em razão da ausência de recomposição dos equilíbrios econômico-financeiros do Contrato de Concessão. Em suma, os Pleitos indenizatórios referem-se a: [Pleito Segurança Pública]: Ação nº 0857886-76.2024.8.19.0001 busca a indenização por gastos administrativos associados ao desequilíbrio ocasionado pela ausência de Segurança Pública, cujos impactos operacionais incluem furtos de cabos e sistemas de sinalização, paralisações por tiroteios, vandalismo nos trens, descarte irregular de resíduos nas vias e até mesmo o roubo de assentos dos vagões. Pleiteia-se o pagamento de (i) R\$ 191.331 no período entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020; e (ii) a quantificação em sede de cumprimento de sentença dos valores relativos ao período de janeiro de 2021 em diante. O processo está aguardando o início da perícia. [Pleito RO 2020 mais Relevantes]: Ação nº 0857901-45.2024.8.19.0001 busca a indenização no valor original total de R\$ 35.285, por eventos de desequilíbrio relacionados a: (i) Atraso na entrega e no início da operação de trens; (ii) Descumprimento da obrigação de fornecer trens adequados – falhas técnicas nos trens séries 3000 e 5000 disponibilizados pelo ERJ; (iii) Alteração no sistema de cobrança de tarifas (bilhetagem). O processo está aguardando o início da perícia. [Pleito Reajuste Tarifário]: Ação nº 0857811-37.2024.8.19.0001 busca a indenização no valor original total de R\$ 257.586, por eventos de desequilíbrio relacionados a: (i) diferença entre o valor homologado de R\$ 5,90 e o praticado de R\$ 4,70 (02/02/2021 – 21/02/2021); (ii) diferença entre o valor homologado de R\$ 7,00 e o praticado de R\$ 5,00 (22/02/2021 – 01/02/2022); (iii) diferença entre o valor homologado de R\$ 7,00 e o praticado de R\$ 5,00 (02/02/2022 – 01/02/2023); (iv) diferença entre o valor homologado de R\$ 7,40 e o praticado de R\$ 5,00 (02/02/2023 – 09/02/2023). O processo está aguardando o início da perícia. [Pleito RO 2020 menos Relevantes]: Ação nº 0857904-97.2024.8.19.0001 busca a indenização no valor original total de R\$ 9.604 por eventos de desequilíbrio relacionados a: (i) Ausência de pagamento do serviço de transporte dos jogos credenciados dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos (ii) Cobrança indevida IPTU; (iii) Custos pelas imposições dos TACs Acessibilidade; (iv) Impactos dos Vagões Femininos; (v) Custos fora do escopo da Concessão com a manutenção dos cabos subterrâneos para o fornecimento de energia elétrica; (vi) Investimentos realizados por solicitação do ERJ. O processo está em fase de requerimento de produção de provas. [Pleito Gratuidades]: Ação busca a indenização por eventos de desequilíbrio relacionados a: (i) Gratuidades (V. Educação e V. Social) instituídas no sistema do período de janeiro de 2019 a março de 2024 no valor de R\$ 41.929; (ii) todos os demais valores a se confirmarem no sistema até a liquidação da sentença. Em 26 de março de 2026, a Companhia firmou instrumento particular de transação com o Estado do Rio de Janeiro, homologado judicialmente em 27 de março de 2026. O valor da Transação teve como referência as gratuidades apuradas no período de janeiro de 2019 a setembro de 2025. O acordo prevê, ainda, concessões recíprocas entre as partes, incluindo a renúncia, pela Companhia, ao ressarcimento dos valores relativos às gratuidades no período compreendido entre outubro de 2025 e maio de 2026, condicionada ao cumprimento integral das obrigações pactuadas. O referido acordo foi celebrado no âmbito do processo judicial nº 0857830-43.2024.8.19.0001, em trâmite perante a 14ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido homologado por sentença, a qual determinou a extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. [Pleito RE C-19]: Ação nº 0857763-78.2024.8.19.0001 buscava a indenização por eventos de desequilíbrio relacionados à Pandemia C-19 (RE Covid) e foi objeto de acordo através do Instrumento Particular de Transição firmado pela Companhia com o ERJ. **Instrumento Particular de Transação:** Considerando o exposto no item 1.V anterior quanto a situação relacionada ao não cumprimento do Plano de Recuperação Judicial e diante das seis ações judiciais ajuizadas contra o ERJ, em maio de 2024, sob a supervisão do Juízo da RJ, a SuperVia, a acionista GUMI Brasil (“GUMI”) e o ERJ iniciaram tratativas para estabelecer as bases de uma transição pacífica e ordenada da operação do serviço de transporte público ferroviário, o que resultou na assinatura do Instrumento Particular de Transação, homologado pelo Juízo da Recuperação Judicial em 17 de dezembro de 2024 (“Acordo de Transição”). O referido Acordo de Transição estabeleceu um período de transição de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável por mais 90 (noventa) dias, ao final do qual o ERJ deverá (i) concluir a transferência integral da operação a um terceiro interessado – seja por meio de contratação emergencial, nova delegação do serviço, aquisição de unidade produtiva isolada (UPI) ou qualquer outro meio legalmente admitido – e/ou (ii) reassumir diretamente a operação. O Acordo prevê, ainda, que, ao término do período de transição, o Contrato de Concessão será automaticamente extinto, e a falência da Companhia poderá ser decretada. Neste cenário, em 30 de janeiro de 2025, foi proferida decisão judicial pelo juízo da 6ª Vara Empresarial, no qual tramita a Recuperação Judicial da SuperVia, determinando a suspensão das obrigações pactuadas no Plano de Recuperação Judicial original. Assim, diante do fato de não ter mais condições de cumprir o Plano de Recuperação Judicial original da forma em que foi elaborado e homologado pelo Juízo da Recuperação e para possibilitar o pagamento aos credores, em 06 de outubro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral de Credores do Grupo SuperVia, na qual foi aprovado o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial com quóruns qualificados de aprovação. O referido Aditivo contempla, dentre outras medidas: (i) aporte financeiro pelo controlador indireto GUMI Brasil no montante fixo e irrevogável de R\$ 150.000, a ser destinado prioritariamente ao pagamento de credores concursais, nos termos e condições nele previstos; (ii) priorização do pagamento integral de parcela relevante dos credores trabalhistas e de credores hipossuficientes; (iii) previsão de constituição e alienação de Unidade Produtiva Isolada – UPI Ferroviária, por meio de processo competitivo, para fins de transferência da operação ferroviária a um Novo Operador e posterior extinção do atual Contrato de Concessão; (iv) reserva mínima de recursos para pagamento de créditos retardatários, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.101/2005. O Aditivo foi homologado por decisão proferida em 28 de outubro de 2025 pelo Juízo da 6ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do processo nº 0125467-49.2021.8.19.0001, cuja publicação ocorreu em 05 de novembro de 2025, data que caracteriza a Homologação Judicial do Aditivo, nos termos nele definidos. A decisão consignou que a liberação dos recursos objeto do aporte financeiro observará as condições previstas no instrumento de transação anteriormente homologado, não estando condicionada ao trânsito em julgado da decisão integrativa que homologou o Aditivo. O valor do aporte de R\$ 150.000 foi inicialmente depositado em conta controlada (“escrow”) e, posteriormente, liberado mediante celebração de Contrato de Mútuo entre GUMI e SuperVia firmado em 17 de dezembro de 2025. O mútuo totalizou R\$ 165.157, correspondente ao valor do aporte acrescido dos rendimentos líquidos auferidos na conta controlada, não estando sujeito à incidência de juros ou atualização monetária, com vencimento em parcela única no prazo de 12 meses contados da data de sua liberação, observadas as hipóteses de vencimento antecipado contratualmente previstas. Nos termos do contrato e das decisões judiciais correlatas, ficou estabelecido que os valores do Aporte do controlador indireto GUMI e dos rendimentos líquidos serão transferidos para uma conta judicial vinculada ao Juízo da RJ (“Conta Judicial Vinculada”), sendo certo que os re-

para fazer frente ao passivo concursal, na forma do Instrumento de Transação, sendo que a movimentação desses recursos ocorrerá conforme definido por decisão do Juízo da RJ (“Decisão de Homologação”). O valor dos Rendimentos Líquidos da Conta Controlada será destinado para o Fundo Supervia (conforme definido na Decisão de Homologação). O depósito de R\$ 165.157 foi realizado na conta judicial vinculada em 19 de dezembro de 2025. Por sua vez, o ERJ comprometeu-se a aportar o valor total de R\$ 300.000, mediante reconhecimento de eventos de desequilíbrio relacionados à Pandemia C-19 (RE Covid) na ação proposta pela SuperVia (proc. nº 0857763-78.2024.8.19.0001). O Acordo prevê que o pagamento da indenização ocorrerá da seguinte forma: (i) R\$ 160.000 serão pagos em seis parcelas mensais – as duas primeiras de R\$ 30.000 e as quatro seguintes de R\$ 25.000, com vencimento no dia 5 de cada mês – e (ii) os R\$ 140.000 restantes serão destinados a investimentos no sistema ferroviário, de acordo com as necessidades operacionais, conforme cronograma a ser definido pela SuperVia, com a anuência do Estado, sendo certo que esse valor poderá ser utilizado para fazer face aos custos e despesas relacionados à Transferência ou Assunção da Operação. Nesse contexto, o ERJ realizou depósitos de R\$ 30.000 em 17 de dezembro de 2024 e 17 de janeiro de 2025, e depósitos de R\$ 25.000 em 13 de fevereiro de 2025, 24 de março de 2025, 08 de maio de 2025 e 20 de maio de 2025. Em 10 de outubro de 2025, o Estado, a SuperVia e demais empresas do Grupo SuperVia celebraram (i) o Termo de Implementação da Transição da Operação e (ii) o Aditivo ao Instrumento Particular de Transação, os quais passaram a integrar o Instrumento de Transação original, produzindo efeitos imediatos e ratificando suas demais disposições. Através do Aditivo, o ERJ e a Companhia concordaram com a prorrogação do Prazo Máximo Adicional do Período de Transição até 16 de março de 2026 (“Data Limite”). Adicionalmente, o Termo de Implementação definiu as seguintes etapas necessárias à transferência da operação: (i) Alienação da UPI Ferroviária no âmbito de processo competitivo judicial, com constituição de sociedade de propósito específico (“SPE Ferroviária”), celebração de contrato definitivo de compra e venda das ações da SPE Ferroviária, assinatura de Contrato de Permissão entre o Estado e a SPE Ferroviária, com interveniência do Novo Operador, e um período pré-operacional de até 90 dias para transição assistida da operação ferroviária. Ainda, o Termo de Implementação da Transição da Operação previu a efetivação do Aporte Financeiro do Estado, no montante total de R\$ 140.000 em duas parcelas com destinações específicas no contexto do Período de Transição. A primeira parcela, no valor de R\$ 70.000, foi destinada à constituição de reserva vinculada ao processo de reorganização e transferência da operação ferroviária, mantida em conta específica e sujeita às regras de controle estabelecidas na Transação. A segunda parcela, igualmente no valor de R\$ 70.000, possui o seguinte cronograma de pagamento: (i) R\$ 10.000 até 15 outubro de 2025; (ii) R\$ 15.000 até 17 de novembro de 2025; (iii) R\$ 15.000 até 15 de dezembro de 2025; (iv) R\$ 15.000 até 25 de janeiro de 2026; e (v) R\$ 15.000 até 10 de fevereiro de 2026. Em cumprimento ao Termo, o ERJ realizou o depósito de R\$ 10.000 em 17 de outubro de 2025, e os depósitos de R\$ 15.000 nas datas de 21 de novembro de 2025, 18 de dezembro de 2025, 27 de janeiro de 2026 e 05 de fevereiro de 2026. Em 26 de março de 2026, as partes signatárias da Transação concordaram com a prorrogação da Data Limite do Período de Transição até 29 de maio de 2026 (“Data Limite Definitiva”). O Acordo de Transição, assinado de forma irrevogável e irretirável, estabelece quitação ampla entre as partes, excepcionando-se os Pleitos ajuizados pela SuperVia, RTP e sociedades controladas pela RTP em face do Estado, listadas no Anexo 6.2 do Acordo de Transição que seguirão o seu curso normal, bem como e principalmente, a pretensão indenizatória futura da SuperVia decorrente da extinção antecipada do Contrato de Concessão. **UPI Ferroviária:** No âmbito da Transação, foi prevista a constituição de Unidade Produtiva Isolada – UPI Ferroviária, estruturada por meio de sociedade anônima de propósito específico (“

Brasileira estará na lista TIME100 Philanthropy 2026

Relação publicada pela revista TIME

Regina Teixeira, especial para o Monitor

A brasileira Paula Fabiani, CEO do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), irá compor a restrita lista TIME100 Philanthropy 2026 (segunda edição anual) publicada pela revista Time. A seleção representa os 100 líderes mundiais mais influentes na filantropia mundial. A informação foi divulgada nesta quinta-feira pelo IDIS. A lista também cita Elton John e Rihanna, artistas engajados em ações de filantropia.

A CEO do IDS é apontada como uma das principais vozes do investimento social privado no Brasil, atuando em pautas ligadas ao fortalecimento da sociedade civil, cultura da doação

e desenvolvimento de mecanismos de impacto social. A seleção reforça o crescimento da relevância internacional da filantropia brasileira e do protagonismo de lideranças do Sul Global em debates sobre desigualdade, justiça climática e transformação social. A lista completa será publicada na edição de 25 de maio de 2026 da revista TIME.

No Brasil, a filantropia vem apresentando certo avanço. Paula Fabiani informou à reportagem do Monitor Mercantil que o valor estimado de doações individuais totalizou R\$ 24,3 bilhões, em 2024, volume superior aos R\$14,8 bilhões registrados em 2022.Os dados de 2025 ainda não foram divulgados. Para ter um recorte do perfil do doador, a pedido do DS a Ipsos realiza a cada dois anos a Pesquisa Doação Brasil. A

coleta tem abrangência nacional e com representatividade em todas as regiões do país.

O brasileiro está mais generoso na prática da filantropia?

A prática é entre pessoas com renda familiar mais elevada, com destaque para os crescimentos nas faixas entre 4 e 6 salários-mínimos e acima de 8 salários-mínimos. A filantropia é fortemente influenciada pelo contexto socioeconômico e situações emergenciais. O cenário da doação no Brasil apresenta um novo padrão. A última pesquisa revelou, por exemplo, práticas de doação mais criteriosas, aumento nos valores doados e maior exigência quanto à transparência de instituições beneficiadas. Em 2024, 78% dos brasileiros acima de 18 anos e com rendimento familiar supe-

rior a um salário-mínimo fizeram ao menos um tipo de doação, seja de dinheiro, bens ou tempo, na forma de voluntariado. Uma das principais frentes de análise da pesquisa é o conceito da doação institucional de dinheiro, feita para ONGs, campanhas e/ou projetos socioambientais, e não considera doações de esmola, dízimo ou dinheiro para conhecidos.

Qual é o perfil desse doador?

A maioria dos doadores afirma escolher com cuidado as causas (86%) e buscar informações antes de doar (83%). Por outro lado, 49% já deixaram de doar após notícias negativas sobre organizações, o que evidencia a importância da confiança como um ativo essencial para o setor. A fidelização também apresentou queda: apenas 49% mantêm

o hábito de doar para as mesmas instituições todos os anos – em 2015, eram 69%. O perfil do doador em 2024 revela um cenário mais equilibrado e qualificado. Homens e mulheres apresentam taxas de doação semelhantes, marcando

uma nova equiparação entre os gêneros. A maior incidência está entre adultos de 30 a 49 anos — faixa etária economicamente ativa e estável — e entre pessoas com ensino superior, das quais mais da metade realiza doações (57%).

Individualmente, como poderíamos avaliar o comportamento do doador?

O valor estimado do volume de doações, em 2024, foi de R\$24,3 bilhões. A mediana das doações individuais anuais passou de R\$ 300 para R\$ 480. A prática se mostra mais espaçada, acontecendo menos vezes

ao ano, porém mais estratégica: Geograficamente, as regiões Norte, Centro-Oeste e Sul registraram maiores índices, influenciadas pela ocorrência de situações emergenciais em 2024.

Qual a importância da pesquisa na condução das atividades do IDIS?

Como a pesquisa é bianual, os dados de 2024 são os mais atuais. A próxima pesquisa ocorrerá este ano de 2026, com dados que estarão disponíveis em 2027.A última edição foi realizada a partir do levantamento online de 1.500 entrevistas. A margem de erro do estudo é de 2,5 p.p. “A pesquisa traz dados fundamentais para compreendermos os avanços e os desafios em relação a essa prática e o objetivo é o de fornecer um retrato detalhado sobre a percepção e as práticas de doação dos brasileiros.

 DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”) CNPJ nº 33.112.665/0001-46																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
COMENTÁRIO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2025																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
DFL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. (“Companhia” ou “DFL”)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Prezados Acionistas, A Administração da DFL Indústria e Comércio S.A. apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Salvo indicação em contrário, as informações deste relatório são apresentadas em milhares de reais (R\$). Perfil da Companhia: Fundada em 1939, a DFL consolidou-se ao longo de mais de oito décadas como referência no mercado odontológico brasileiro, reconhecida por seu portfólio de produtos, qualidade técnica e capacidade de inovação. A Companhia é responsável pela construção de uma trajetória marcada por avanços tecnológicos, modernização industrial e presença crescente no mercado internacional. Desde sua instalação no polo farmacêutico de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, a DFL vem ampliando sua atuação, desenvolvendo anestésicos injetáveis, fortalecendo seus laboratórios de P&D e investindo continuamente na automação de processos produtivos. Em 2025, mantemos atuação global, com cerca de 420 colaboradores e presença em mais de 50 países. Mensagem da Administração: O ano de 2025 consolidou os avanços implementados ao longo de 2024 e reforçou a capacidade da DFL de evoluir em cenários desafiadores. As iniciativas estratégicas adotadas nos últimos anos — especialmente em inovação, eficiência operacional e estrutura de capital — continuaram a gerar resultados sólidos. Seguimos investindo de forma consistente em pesquisa, tecnologia e novos produtos, mantendo nosso comprometimento histórico com a inovação. As ações de sustentabilidade permanecem alinhadas às metas corporativas, com foco na eficiência energética, gestão de resíduos e redução do impacto ambiental nas operações industriais. Para 2026, permanecemos confiantes na expansão das oportunidades de mercado e na evolução da Companhia, com ênfase em: ampliação da capacidade produtiva; e da planta fabril; - diversificação e fortalecimento do portfólio; principalmente a terceirização da produção dos produtos para saúde, mantendo foco na produção dos anestésicos; - digitalização e modernização de processos; - desenvolvimento de novas parcerias estratégicas. Agradecemos ao acionista controlador, clientes, fornecedores e colaboradores pela confiança, dedicação e parceria contínuas. Cenário Setorial: Em 2025, o setor odontológico brasileiro manteve trajetória de crescimento observada em anos anteriores. O país continua entre as maiores																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
potências mundiais em número de profissionais, com mais de 300 mil cirurgiões-dentistas, reforçando a competitividade do mercado. A demanda por saúde bucal, estética e prevenção continuou a se expandir, impulsionada pelo aumento da renda disponível, maior conscientização da população e avanços tecnológicos. O mercado permaneceu predominantemente privado, com o Sistema Único de Saúde representando parcela reduzida dos atendimentos. A dinâmica global também se manteve favorável, com o mercado odontológico internacional em forte expansão, impulsionado por digitalização, materiais inovadores, soluções minimamente invasivas e crescimento da demanda em mercados emergentes. Contexto Operacional: A partir de 2020, a DFL intensificou investimentos em capacidade tecnológica, ciência e inovação, e 2025 marcou o avanço dessa estratégia. O programa de registro internacional de produtos continuou ampliando a atuação da Companhia em novos mercados, fortalecendo sua rede global de distribuição. A visão estratégica da Administração permanece orientada para a consolidação de uma rede de inovação aberta, aproximando a pesquisa acadêmica e o desenvolvimento de soluções aplicáveis à prática clínica — modelo já consolidado em grandes empresas farmacêuticas globais. Durante 2025, a reestruturação comercial iniciada em exercícios anteriores contribuiu para a melhoria da eficiência de vendas e posicionou a Companhia para crescimento sustentável nos próximos anos. Em abril de 2025, a Companhia inaugurou uma nova filial no Estado do Espírito Santo, como parte do plano de expansão comercial. A unidade foi estabelecida para fortalecer a presença na região Sudeste e ampliar o atendimento a clientes em nível nacional, oferecendo maior agilidade logística e eficiência operacional. A filial iniciou suas atividades com foco na venda direta aos clientes, atuando como ponto de distribuição alinhado às práticas comerciais e de governança da matriz. A Administração estima impactos positivos no desempenho da Companhia, especialmente por meio do aumento do volume de vendas, redução de custos logísticos, maior competitividade comercial e otimização dos processos operacionais. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - Receita Operacional: Em 2025, a receita líquida avançou 13,5% em relação a 2024, totalizando R\$ 223,5 milhões. Esse desempenho confirmou a retomada da trajetória histórica de crescimento. As vendas para o mercado externo alcançaram R\$ 46,0 milhões. Custo e Margem Operacional: Os custos de mercadorias vendidas somaram R\$ 99,0 milhões em 2025, resultando em margem operacional de 55,7% (vs. 56,0% em 2024). O desempenho reflete maior eficiência operacional, melhoria do mix de produtos e otimização da política de preços. Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 73,9 milhões em 2025, aumento de 20,1% em relação a 2024, incluindo R\$ 405 mil reversão de despesas não																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
recorrentes. O aumento está muito relacionado pelos investimentos feitos pela companhia com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e atendimentos as normas regulatórias. Dívida Líquida: A dívida líquida encerrou 2025 em R\$ 36 milhões. O saldo bruto de empréstimos e financiamentos somou R\$ 54 milhões, dos quais 37% concentrados no curto prazo. A Companhia promoveu alongamento de seu perfil de endividamento por meio da contratação de linhas de crédito com bancos privados no montante de R\$ 26 milhões e capital de giro no valor de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 36 milhões. As novas operações foram contratadas a custos financeiros inferiores, com carência de principal de 6 meses e prazos mais alongados, possibilitando a liquidação antecipada de passivos anteriormente contratados a taxas mais onerosas. A posição de caixa líquida encerrou o exercício em R\$ 18,1 milhões, reduzindo o índice de alavancagem para 0,50 (vs.0,77 em 2024), fortalecendo a estrutura de capital. Em 2025, a Companhia continuará focada na redução do custo financeiro e na extensão dos prazos de vencimento, priorizando maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de caixa. EBITDA: No ano de 2025, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 65,6 milhões um crescimento de 1,2% em comparação ao ano de 2024. A Receita Líquida cresceu 13,5% e a Margem EBITDA Ajustada¹ foi de 29,3% no ano, apresentando uma redução de -3,6p.p. no período. Para cálculo dessa métrica, o referido ajuste exclui as despesas não recorrentes, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o Bônus da diretoria.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
<table><tr><td colspan="2">Recomposição do Ebitda R\$/mil</td><td>2025</td><td>2024</td></tr><tr><td>Receita Líquida</td><td></td><td>223.466</td><td>196.957</td></tr><tr><td>Resultado Líquido do Período</td><td></td><td>28.043</td><td>25.306</td></tr><tr><td>Margem Líquida</td><td></td><td>12.55%</td><td>12.8%</td></tr><tr><td>(+) Imposto de Renda e Contribuição Social</td><td></td><td>16.122</td><td>14.596</td></tr><tr><td>(+) Depreciação e Amortização</td><td></td><td>7.585</td><td>6.799</td></tr><tr><td>(+/-) Resultado Financeiro</td><td></td><td>6.374</td><td>9.470</td></tr><tr><td>Ebitda</td><td></td><td>58.124</td><td>56.171</td></tr><tr><td>Margem Ebitda</td><td></td><td>26,0%</td><td>28,5%</td></tr><tr><td>Dívida Líquida / Ebitda</td><td></td><td>0,57</td><td>0,89</td></tr><tr><td>(+) Despesas Não Recorrentes</td><td></td><td>-405</td><td>817</td></tr><tr><td>(+) Despesas (PLR e Bônus)</td><td></td><td>7.849</td><td>7.791</td></tr><tr><td>Ebitda Ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)</td><td></td><td>65.568</td><td>64.779</td></tr><tr><td>Margem Ebitda Ajustada¹</td><td></td><td>29,3%</td><td>32,9%</td></tr><tr><td>Dívida Líquida / Ebitda (sem PLR e Não Recorrentes)</td><td></td><td>0,50</td><td>0,77</td></tr></table> Patrimônio Líquido e Dividendos: O patrimônio líquido encerrou 2025 em R\$ 122,8 milhões (vs. R\$ 121,4 milhões em 2024). Foi constituída provisão para dividendos no montante de R\$ 18,6 milhões.			Recomposição do Ebitda R\$/mil		2025	2024	Receita Líquida		223.466	196.957	Resultado Líquido do Período		28.043	25.306	Margem Líquida		12.55%	12.8%	(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		16.122	14.596	(+) Depreciação e Amortização		7.585	6.799	(+/-) Resultado Financeiro		6.374	9.470	Ebitda		58.124	56.171	Margem Ebitda		26,0%	28,5%	Dívida Líquida / Ebitda		0,57	0,89	(+) Despesas Não Recorrentes		-405	817	(+) Despesas (PLR e Bônus)		7.849	7.791	Ebitda Ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)		65.568	64.779	Margem Ebitda Ajustada¹		29,3%	32,9%	Dívida Líquida / Ebitda (sem PLR e Não Recorrentes)		0,50	0,77																																																																																																																																																																																																																																																																																					
Recomposição do Ebitda R\$/mil		2025	2024																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita Líquida		223.466	196.957																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Resultado Líquido do Período		28.043	25.306																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Margem Líquida		12.55%	12.8%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social		16.122	14.596																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(+) Depreciação e Amortização		7.585	6.799																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(+/-) Resultado Financeiro		6.374	9.470																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ebitda		58.124	56.171																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Margem Ebitda		26,0%	28,5%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Dívida Líquida / Ebitda		0,57	0,89																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(+) Despesas Não Recorrentes		-405	817																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
(+) Despesas (PLR e Bônus)		7.849	7.791																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ebitda Ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)		65.568	64.779																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Margem Ebitda Ajustada¹		29,3%	32,9%																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Dívida Líquida / Ebitda (sem PLR e Não Recorrentes)		0,50	0,77																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
<table><tr><td colspan="5">Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)</td></tr><tr><td>Ativo</td><td>31/12/2025</td><td>31/12/2024</td><td>Passivo e Patrimônio Líquido</td><td>31/12/2025</td><td>31/12/2024</td></tr><tr><td>Ativo Circulante</td><td></td><td></td><td>Passivo Circulante</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>18.127</td><td>13.621</td><td>Fornecedores</td><td>15.614</td><td>10.361</td></tr><tr><td>Contas a receber</td><td>47.680</td><td>38.637</td><td>Empréstimos e financiamentos</td><td>20.230</td><td>37.409</td></tr><tr><td>Estoques</td><td>30.583</td><td>24.735</td><td>Arrendamentos a pagar</td><td>837</td><td>37</td></tr><tr><td>Impostos a recuperar</td><td>8.700</td><td>11.274</td><td>Obrigações sociais e trabalhistas</td><td>5.624</td><td>11.144</td></tr><tr><td>Adiantamentos fornecedores/outras</td><td>769</td><td>867</td><td>Obrigações fiscais</td><td>2.250</td><td>2.636</td></tr><tr><td>Despesas antecipadas</td><td>689</td><td>708</td><td>Dividendos a pagar</td><td>3.729</td><td>-</td></tr><tr><td>Outros Ativos</td><td>2.980</td><td>-</td><td>Outras contas a pagar</td><td>6.167</td><td>2.190</td></tr><tr><td>Total do Ativo Circulante</td><td>109.528</td><td>89.842</td><td>Total do Passivo Circulante</td><td>54.451</td><td>63.777</td></tr><tr><td>Ativo Não Circulante</td><td></td><td></td><td>Passivo Não Circulante</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Despesas antecipadas</td><td>396</td><td>42</td><td>Empréstimos e financiamentos</td><td>33.812</td><td>26.191</td></tr><tr><td>Depósitos judiciais</td><td>1.601</td><td>1.557</td><td>Arrendamentos a pagar</td><td>403</td><td>-</td></tr><tr><td>Créditos com partes relacionadas</td><td>45</td><td>8.073</td><td>Obrigações fiscais</td><td>18</td><td>649</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td><td>25.420</td><td>32.274</td><td>Dividendos a pagar</td><td>14.915</td><td>193</td></tr><tr><td>Imobilizado</td><td>61.260</td><td>53.518</td><td>Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis</td><td>555</td><td>444</td></tr><tr><td>Intangível</td><td>28.698</td><td>27.340</td><td>Total do Passivo Não Circulante</td><td>49.703</td><td>27.477</td></tr><tr><td>Total do Ativo Não Circulante</td><td>117.420</td><td>122.804</td><td>Total do Passivo Circulante e Não Circulante</td><td>104.154</td><td>91.254</td></tr><tr><td>Total do Ativo</td><td>226.948</td><td>212.646</td><td>Patrimônio Líquido</td><td></td><td></td></tr><tr><td colspan="5">Demonstração de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$, Exceto o Resultado por Ação)</td></tr><tr><td></td><td>Notas</td><td>31/12/2025</td><td>31/12/2024</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Receita Operacional Líquida</td><td>21</td><td>223.466</td><td>196.957</td><td>Capital Social</td><td>115.244</td></tr><tr><td>Custos dos Produtos Vendidos</td><td>22</td><td>(99.023)</td><td>(86.594)</td><td>Reserva Legal</td><td>2.132</td></tr><tr><td>Lucro Bruto</td><td></td><td>124.443</td><td>110.363</td><td>Reserva de Subvenção</td><td>4.840</td></tr><tr><td>Despesas Gerais e Administrativas</td><td>23</td><td>(73.928)</td><td>(61.239)</td><td>Reserva de Lucros</td><td>578</td></tr><tr><td>Outras receitas operacionais</td><td>24</td><td>24</td><td>249</td><td>Total do Patrimônio Líquido</td><td>122.794</td></tr><tr><td>Lucro Antes do Resultado Financeiro</td><td></td><td>50.539</td><td>49.373</td><td>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</td><td>226.948</td></tr><tr><td>Receita Financeira</td><td>25</td><td>12.814</td><td>10.434</td><td colspan="2">Demonstração dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais- R\$)</td></tr><tr><td>Despesa Financeira</td><td>25</td><td>(19.188)</td><td>(19.905)</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Lucro Antes dos Impostos</td><td></td><td>44.165</td><td>39.902</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Correntes</td><td>26</td><td>(9.268)</td><td>(9.851)</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Diferidos</td><td>26</td><td>(6.854)</td><td>(4.745)</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Lucro Líquido do Exercício</td><td></td><td>28.043</td><td>25.306</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Lucro Líquido do Exercício por Lote de 1.000 Ações - Valor Expresso em Reais- R\$ (Básico e Diluído)</td><td></td><td>69.40</td><td>62.46</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Capital Social Subscrito e Integralizado- Número de Ações Ordinárias</td><td></td><td>404.055.499</td><td>404.055.499</td><td></td><td></td></tr><tr><td colspan="5">Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)</td></tr><tr><td></td><td></td><td>Capital Social</td><td>Reserva Legal</td><td>Reserva de Subvenção</td><td>Reserva de Lucros</td><td>Lucros/Prejuízos Acumulados</td><td>Total do Patrimônio Líquido</td></tr><tr><td>Saldos em 31 de Dezembro de 2023</td><td></td><td>115.244</td><td>434</td><td>-</td><td>-</td><td>(19.399)</td><td>96.279</td></tr><tr><td>Lucro líquido do exercício</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>25.306</td><td>25.306</td></tr><tr><td>Destinação do Lucro:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Reserva Legal</td><td></td><td>-</td><td>296</td><td>-</td><td>-</td><td>(874)</td><td>(578)</td></tr><tr><td>Reserva de Subvenção</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>4.840</td><td>-</td><td>(4.840)</td><td>-</td></tr><tr><td>Reserva de Lucros</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>578</td><td>-</td><td>578</td></tr><tr><td>Distribuição de Dividendos</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>(193)</td><td>(193)</td></tr><tr><td>Saldos em 31 de Dezembro de 2024</td><td></td><td>115.244</td><td>730</td><td>4.840</td><td>578</td><td>-</td><td>121.392</td></tr><tr><td>Lucro líquido do exercício</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>28.043</td><td>28.043</td></tr><tr><td>Destinação do Lucro:</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Reserva Legal</td><td></td><td>-</td><td>1.402</td><td>-</td><td>-</td><td>(1.402)</td><td>-</td></tr><tr><td>Distribuição de Dividendos</td><td></td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>(26.641)</td><td>(26.641)</td></tr><tr><td>Saldos em 31 de Dezembro de 2025</td><td></td><td>115.244</td><td>2.132</td><td>4.840</td><td>578</td><td>-</td><td>122.794</td></tr></table>			Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)					Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024	Ativo Circulante			Passivo Circulante			Caixa e equivalentes de caixa	18.127	13.621	Fornecedores	15.614	10.361	Contas a receber	47.680	38.637	Empréstimos e financiamentos	20.230	37.409	Estoques	30.583	24.735	Arrendamentos a pagar	837	37	Impostos a recuperar	8.700	11.274	Obrigações sociais e trabalhistas	5.624	11.144	Adiantamentos fornecedores/outras	769	867	Obrigações fiscais	2.250	2.636	Despesas antecipadas	689	708	Dividendos a pagar	3.729	-	Outros Ativos	2.980	-	Outras contas a pagar	6.167	2.190	Total do Ativo Circulante	109.528	89.842	Total do Passivo Circulante	54.451	63.777	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Despesas antecipadas	396	42	Empréstimos e financiamentos	33.812	26.191	Depósitos judiciais	1.601	1.557	Arrendamentos a pagar	403	-	Créditos com partes relacionadas	45	8.073	Obrigações fiscais	18	649	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.420	32.274	Dividendos a pagar	14.915	193	Imobilizado	61.260	53.518	Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	555	444	Intangível	28.698	27.340	Total do Passivo Não Circulante	49.703	27.477	Total do Ativo Não Circulante	117.420	122.804	Total do Passivo Circulante e Não Circulante	104.154	91.254	Total do Ativo	226.948	212.646	Patrimônio Líquido			Demonstração de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$, Exceto o Resultado por Ação)						Notas	31/12/2025	31/12/2024			Receita Operacional Líquida	21	223.466	196.957	Capital Social	115.244	Custos dos Produtos Vendidos	22	(99.023)	(86.594)	Reserva Legal	2.132	Lucro Bruto		124.443	110.363	Reserva de Subvenção	4.840	Despesas Gerais e Administrativas	23	(73.928)	(61.239)	Reserva de Lucros	578	Outras receitas operacionais	24	24	249	Total do Patrimônio Líquido	122.794	Lucro Antes do Resultado Financeiro		50.539	49.373	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	226.948	Receita Financeira	25	12.814	10.434	Demonstração dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais- R\$)		Despesa Financeira	25	(19.188)	(19.905)			Lucro Antes dos Impostos		44.165	39.902			Imposto de renda e contribuição social						Correntes	26	(9.268)	(9.851)			Diferidos	26	(6.854)	(4.745)			Lucro Líquido do Exercício		28.043	25.306			Lucro Líquido do Exercício por Lote de 1.000 Ações - Valor Expresso em Reais- R\$ (Básico e Diluído)		69.40	62.46			Capital Social Subscrito e Integralizado- Número de Ações Ordinárias		404.055.499	404.055.499			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)							Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Subvenção	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	Saldos em 31 de Dezembro de 2023		115.244	434	-	-	(19.399)	96.279	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.306	25.306	Destinação do Lucro:								Reserva Legal		-	296	-	-	(874)	(578)	Reserva de Subvenção		-	-	4.840	-	(4.840)	-	Reserva de Lucros		-	-	-	578	-	578	Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(193)	(193)	Saldos em 31 de Dezembro de 2024		115.244	730	4.840	578	-	121.392	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.043	28.043	Destinação do Lucro:								Reserva Legal		-	1.402	-	-	(1.402)	-	Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(26.641)	(26.641)	Saldos em 31 de Dezembro de 2025		115.244	2.132	4.840	578	-	122.794
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Ativo Circulante			Passivo Circulante																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Caixa e equivalentes de caixa	18.127	13.621	Fornecedores	15.614	10.361																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Contas a receber	47.680	38.637	Empréstimos e financiamentos	20.230	37.409																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Estoques	30.583	24.735	Arrendamentos a pagar	837	37																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Impostos a recuperar	8.700	11.274	Obrigações sociais e trabalhistas	5.624	11.144																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Adiantamentos fornecedores/outras	769	867	Obrigações fiscais	2.250	2.636																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Despesas antecipadas	689	708	Dividendos a pagar	3.729	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Outros Ativos	2.980	-	Outras contas a pagar	6.167	2.190																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Total do Ativo Circulante	109.528	89.842	Total do Passivo Circulante	54.451	63.777																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Despesas antecipadas	396	42	Empréstimos e financiamentos	33.812	26.191																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Depósitos judiciais	1.601	1.557	Arrendamentos a pagar	403	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Créditos com partes relacionadas	45	8.073	Obrigações fiscais	18	649																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.420	32.274	Dividendos a pagar	14.915	193																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Imobilizado	61.260	53.518	Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	555	444																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Intangível	28.698	27.340	Total do Passivo Não Circulante	49.703	27.477																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Total do Ativo Não Circulante	117.420	122.804	Total do Passivo Circulante e Não Circulante	104.154	91.254																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Total do Ativo	226.948	212.646	Patrimônio Líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Demonstração de Resultados para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$, Exceto o Resultado por Ação)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	Notas	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Receita Operacional Líquida	21	223.466	196.957	Capital Social	115.244																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Custos dos Produtos Vendidos	22	(99.023)	(86.594)	Reserva Legal	2.132																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Lucro Bruto		124.443	110.363	Reserva de Subvenção	4.840																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Despesas Gerais e Administrativas	23	(73.928)	(61.239)	Reserva de Lucros	578																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Outras receitas operacionais	24	24	249	Total do Patrimônio Líquido	122.794																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Lucro Antes do Resultado Financeiro		50.539	49.373	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	226.948																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Receita Financeira	25	12.814	10.434	Demonstração dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais- R\$)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																															
Despesa Financeira	25	(19.188)	(19.905)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro Antes dos Impostos		44.165	39.902																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Imposto de renda e contribuição social																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Correntes	26	(9.268)	(9.851)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Diferidos	26	(6.854)	(4.745)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro Líquido do Exercício		28.043	25.306																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Lucro Líquido do Exercício por Lote de 1.000 Ações - Valor Expresso em Reais- R\$ (Básico e Diluído)		69.40	62.46																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Capital Social Subscrito e Integralizado- Número de Ações Ordinárias		404.055.499	404.055.499																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
		Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Subvenção	Reserva de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		115.244	434	-	-	(19.399)	96.279																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.306	25.306																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Destinação do Lucro:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Reserva Legal		-	296	-	-	(874)	(578)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Reserva de Subvenção		-	-	4.840	-	(4.840)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Reserva de Lucros		-	-	-	578	-	578																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(193)	(193)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		115.244	730	4.840	578	-	121.392																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.043	28.043																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Destinação do Lucro:																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
Reserva Legal		-	1.402	-	-	(1.402)	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Distribuição de Dividendos		-	-	-	-	(26.641)	(26.641)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		115.244	2.132	4.840	578	-	122.794																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
DIRETOR FINANCEIRO: Marco Antônio Nunes Monteiro - CPF: 760.462.577-00 CONTADOR: Wagner Carlos Francisco da Silva - CPF 807.752.417-68 - CRC/RJ 062508/O-9.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
As demonstrações financeiras na íntegra referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			

recorrentes. O aumento está muito relacionado pelos investimentos feitos pela companhia com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e atendimentos as normas regulatórias. **Dívida Líquida:** A dívida líquida encerrou 2025 em R\$ 36 milhões. O saldo bruto de empréstimos e financiamentos somou R\$ 54 milhões, dos quais 37% concentrados no curto prazo. A Companhia promoveu alongamento de seu perfil de endividamento por meio da contratação de linhas de crédito com bancos privados no montante de R\$ 26 milhões e capital de giro no valor de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 36 milhões. As novas operações foram contratadas a custos financeiros inferiores, com carência de principal de 6 meses e prazos mais alongados, possibilitando a liquidação antecipada de passivos anteriormente contratados a taxas mais onerosas. A posição de caixa líquida encerrou o exercício em R\$ 18,1 milhões, reduzindo o índice de alavancagem para 0,50 (vs.0,77 em 2024), fortalecendo a estrutura de capital. Em 2025, a Companhia continuará focada na redução do custo financeiro e na extensão dos prazos de vencimento, priorizando maior estabilidade e previsibilidade do fluxo de caixa. **EBITDA:** No ano de 2025, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 65,6 milhões um crescimento de 1,2% em comparação ao ano de 2024. A Receita Líquida cresceu 13,5% e a Margem EBITDA Ajustada* foi de 29,3% no ano, apresentando uma redução de -3,6p.p. no período. Para cálculo dessa métrica, o referido ajuste exclui as despesas não recorrentes, a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e o Bônus da diretoria.

Recomposição do Ebitda R\$/mil	2025	2024
Receita Líquida	223.466	196.957
Resultado Líquido do Período	28.043	25.306
Margem Líquida	12,5%	12,8%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	16.122	14.596
(+) Depreciação e Amortização	7.585	6.799
(+/-) Resultado Financeiro	6.374	9.470
Ebitda	58.124	56.171
Margem Ebitda	26,0%	28,5%
Dívida Líquida/ Ebitda	0,57	0,89
(+) Despesas Não Recorrentes	-405	817
(+) Despesas (PLR e Bônus)	7.849	7.791
Ebitda Ajustado (sem PLR e Não Recorrentes)	65.568	64.779
Margem Ebitda Ajustada*	29,3%	32,9%
Dívida Líquida/ Ebitda (sem PLR e Não Recorrentes)	0,50	0,77

Patrimônio Líquido e Dividendos: O patrimônio líquido encerrou 2025 em R\$ 122,8 milhões (vs. R\$ 121,4 milhões em 2024). Foi constituída provisão para dividendos no montante de R\$ 18,6 milhões.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)		
	31/12/2025	31/12/2024
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	28.043	25.306
Ajustes ao lucro líquido:		
Reversão de provisão para perda de estoques	(1.035)	(183)
Reversão de provisão para perda de contas a receber	49	(291)
Baixas de ativos imobilizados e intangíveis	638	639
Depreciação e amortização	7.585	6.797
Juros e encargos sobre Empréstimos e financiamentos	4.899	15.927
Marcação a mercado da Dívida	4.705	(1.914)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	129	139
Despesa (Receita) de impostos (IRPJ e CSLL) diferida	6.854	4.745
Correção monetária sobre créditos com partes relacionadas	(409)	(791)
Lucro do Exercício Ajustado	51.458	50.374
Redução (Aumento) em Ativos		
Contas a receber de clientes	(9.092)	(2.627)
Estoques	(4.813)	(1.775)
Impostos a recuperar	2.574	2.972
Adiantamentos concedidos a fornecedores e outros	98	(102)
Depósitos Judiciais	(44)	(1.111)
Despesas pagas antecipadamente	(336)	245
Outros Ativos	(2.980)	-
Total de Redução (aumento) em Ativos	(14.593)	(2.398)
Aumento (Redução) em Passivos		
Fornecedores	5.253	(1.236)
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.520)	776
Obrigações fiscais	(1.017)	(1.006)
Outras contas a pagar	3.977	(1.856)
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(18)	(4.288)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	2.675	(7.610)
Pagamentos de Juros e encargos de Empréstimos e financiamentos	(11.802)	(14.561)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	27.738	25.805
Atividades de Investimentos		
Pagamentos para aquisição de ativo imobilizado/ intangível	(17.322)	(6.788)
Recebimento Contrato de Mútuo	8.437	-
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(8.885)	(6.788)
Atividades de Financiamentos		
Captação de Empréstimos e financiamentos	35.869	15.000
Pagamentos de Principal de Empréstimos e financiamentos	(43.229)	(75.325)
Arrendamentos a pagar	1.203	(562)
Dividendos pagos	(8.190)	-
Caixa Líquido Gerado pelas (Utilizado nas) Atividades de Financiamentos	(14.347)	(60.887)
Total do Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.506	(41.870)
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	13.621	55.491
No Final do Exercício	18.127	13.621
Total do Aumento (Diminuição) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.506	(41.870)